



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 24/03/2021 a 25/03/2021



Índice**Blog da Juliska | RN**

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 24/03/2021

5

Blog do Antenado | RN

FECOMÉRCIO RN

Acordo permite que empresas varejistas do RN possam conceder férias aos colaboradores de maneira simplificada enquanto durarem restrições ao seu funcionamento

Notícias - 24/03/2021

6

Tribuna do Norte | RN**Pagamento do abono salarial de 2020 é adiado para 2022**

Notícias - 24/03/2021

7

Tribuna do Norte | RN**Adiantamento no recolhimento de ICMS, por 90 dias, beneficiará 119,4 mil contribuintes no RN**

Notícias - 26/03/2021

8

Estadão | DF**Governo adia imposto no Simples e acena com novas medidas de socorro**

Notícias - 26/03/2021

9

Estadão | DF**Itaú e XP voltam a brigar, agora por causa de cartões**

Notícias - 26/03/2021

10

Estadão | DF**Crédito para novo BEm deve ser de até R\$ 9 bi**

Notícias - 26/03/2021

11

Estadão | DF**Dezesseis governadores pedem auxílio emergencial de R\$ 600**

Notícias - 26/03/2021

12

Estadão | DF**Com venda reduzida, varejo adia pedidos**

Notícias - 26/03/2021

13

Estadão | DF**Com compra do Big, Cerrefuor chega a R\$ 100 bi de receita e avança no atacarejo**

Notícias - 26/03/2021

14

Estadão | DF**Rappi e outros apps reduzem taxas para restaurantes durante crise**

Notícias - 26/03/2021

15

Estadão | DF**'Meta é ter mulheres em 20% do time de liderança'**

Notícias - 26/03/2021

16



Estadão | RJ

Petrobrás fecha venda de refinaria na Bahia

Notícias - 26/03/2021

17

Folha de São Paulo | DF

Pressão por emendas para obras emperra votação do Orçamento

Notícias - 26/03/2021

18

Folha de São Paulo | DF

Pazuello sofre oposição para PPI e deve assumir função militar

Notícias - 26/03/2021

19

Folha de São Paulo | DF

Governo adia R\$ 27,8 bi em tributos de empresas por avanço da pandemia

Notícias - 26/03/2021

20

Folha de São Paulo | RJ

Petrobras reduz preço da gasolina pela 2ª vez em 5 dias

Notícias - 26/03/2021

21

Folha de São Paulo | SP

Produção de veículos no país já para em cinco montadoras

Notícias - 26/03/2021

22

O Globo | DF

Eletrobras: relator quer novo modelo de venda

Notícias - 26/03/2021

23

O Globo | SP

Atraso no Censo afeta repasse de recursos a municípios

Notícias - 26/03/2021

24

RELATÓRIO

Em matéria do jornal Estadão, na página 9 do clipping, é destaque que o governo federal adiará o recolhimento de tributos para empresas do Simples Nacional. Os tributos, que seriam pagos entre abril e junho, agora poderão ser recolhidos a partir de julho, em seis parcelas. Diante do agravamento da pandemia de covid-19 e a adoção de medidas de isolamento social em Estados e municípios, a equipe econômica também sinalizou a reativação de programa para redução de salário e jornada, além de medidas para crédito em um 'futuro muito próximo'. O jornal Tribuna do Norte revela que o adiamento no recolhimento do ICMS beneficiará 119,4 mil contribuintes no Rio Grande do Norte, incluindo aqueles registrados como Microempreendedor Individual (MEI). Confira detalhes na página 8 do clipping.

As medidas de lockdown decretadas nas principais cidades do País para conter o avanço da pandemia, com o fechamento de comércios não essenciais, já começam a ter impacto na indústria. O jornal Estadão, na página 13 do clipping, aponta que os varejistas temem o acúmulo de estoques indesejados por falta de demanda.

O jornal O Globo relata que o novo adiamento na realização do Censo deve afetar o repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2020, os municípios brasileiros receberam R\$ 86,655 bilhões de repasse por meio do FPM, e a distribuição do dinheiro é determinada principalmente pelo fator populacional. Uma lei complementar, aprovada em 2019, interrompeu a atualização dos coeficientes usados nesses cálculos até que houvesse um novo Censo. Saiba mais na página 24 do clipping.

O Ministério da Economia quer limitar em até R\$ 9 bilhões o valor do crédito extraordinário para a abertura de uma nova rodada do benefício emergencial (BEm), pago a trabalhadores que fizeram novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contratos. O jornal Estadão apurou que a estratégia é cancelar os restos a pagar (RAPs), despesas transferidas de 2020 para 2021, referentes a esse benefício, uma espécie de complemento de renda. Na página 11 do clipping, o Estadão revela que o volume desses restos a pagar está em torno de R\$ 7 bilhões, mas nem todo esse valor poderá ser cancelado porque há demandas judiciais referentes ao auxílio pago no ano passado.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 24/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/sao-miguel-do-gostoso-e-o-segundo-destino-da-america-latina-a-obter-certificacao-internacional>



São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

Pertencente a Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, Por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso – no litoral norte do estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes, na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.

O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemães BBW e SEQUA.

Veículo: Blog do Antenado - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 24/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Acordo permite que empresas varejistas do RN possam conceder férias aos colaboradores de maneira simplificada enquanto durarem restrições ao seu funcionamento **Impacto:** Positivo

Link: <https://blogantenado.com/acordo-permite-que-empresas-varejistas-do-rn-possam-conceder-ferias-aos-colaboradores-de-maneira-simplificada-enquanto-durarem-restricoes-ao-seu-funcionamento>

Acordo permite que empresas varejistas do RN possam conceder férias aos colaboradores de maneira simplificada enquanto durarem restrições ao seu funcionamento

□ Eugênio Bezerra □ 7 horas atrás □ 7 horas atrás



As empresas do comércio varejista do Rio Grande do Norte poderão conceder férias coletivas ou individuais aos seus funcionários, por um período de 14 dias, sem necessidade de comunicação prévia ao trabalhador. Segundo o Sistema Fecomércio RN, os encargos incidentes sobre estas férias deverão ser pagos junto com o salário do mês em que as mesmas forem gozadas, de uma única vez, ou podendo ser parcelados em três vezes, a critério da empresa.

A medida poderá ser aplicada pelos estabelecimentos filiados ao Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista do Rio Grande do Norte (Sindilojas RN) e está condicionada à vigência do Decreto Estadual nº 30.419, válido até 2 de abril, e que endureceu as medidas de isolamento social em decorrência da propagação da Covid-19, permitindo a abertura somente dos serviços considerados essenciais.

A mudança é possível graças a um acordo firmado entre o sindicato patronal e o Sindicato Intermunicipal dos Empregados no Comércio no Estado do Rio Grande do Norte, e registrado por meio de um Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2021.

De acordo com o presidente do Sindilojas RN, Gilberto Costa, a medida foi necessária, diante do fechamento, pelo período de 14 dias, de centenas de empresas do comércio varejista, por força do decreto estadual. "Esta foi uma forma que encontramos, em comum acordo com o sindicato laboral, de amenizar os impactos financeiros que o fechamento desses estabelecimentos causou", finaliza.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Pagamento do abono salarial de 2020 é adiado para 2022 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pagamento-do-abono-salarial-de-2020-a-a-diado-para-2022/506114>

Pagamento do abono salarial de 2020 é adiado para 2022

Publicação: 2021-03-24 21:09:00

Por recomendação da Controladoria-Geral da União, os trabalhadores que deveriam receber o abono salarial de 2020 a partir do segundo semestre só terão acesso ao dinheiro em 2022. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou resolução que muda o calendário de pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).



Créditos: Aldair Dantas/Arquivo TN

Nos últimos anos, o benefício trabalhista começava a ser pago no segundo semestre de cada ano e terminava de ser pago no primeiro semestre do ano seguinte, obedecendo ao mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o dígito final da inscrição do servidor público, no caso do Pasep. Agora, o pagamento só começará no primeiro semestre do exercício fiscal seguinte.

O Codefat também decidiu que, a partir de 2022, o abono será pago sempre no primeiro semestre de cada ano. As datas de pagamento só serão divulgadas no início do próximo ano, quando a base de dados enviada pelos empregadores a partir de outubro de 2021 terminar de ser processada e a lista de beneficiários for concluída.

Segundo a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, a mudança foi necessária para evitar o descumprimento de regras contábeis e financeiras, impedindo que despesas fossem divididas em dois anos. O órgão afirma que a medida não teve objetivo fiscal, no entanto, o adiamento resultará na economia de R\$ 7,45 bilhões neste ano.

Tem direito ao abono salarial o trabalhador com carteira assinada que recebe até dois salários mínimos, esteja há pelo menos cinco anos inscrito no PIS/Pasep e tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base. O valor do benefício varia conforme o número de meses trabalhados, atingindo o máximo de um salário mínimo (R\$ 1,1 mil) para quem trabalhou os 12 meses no ano-base.

O pagamento do abono salarial ano-base 2019 começou em julho de 2020 e terminou no dia 11 de fevereiro. Quem ainda não fez a retirada tem até 30 de junho para sacar o dinheiro. Após esse prazo, os recursos voltam para a conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Adiantamento no recolhimento de ICMS, por 90 dias, beneficiará 119,4 mil contribuintes no RN **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/adiamento-no-recolhimento-de-icms-por-90-dias-beneficiara-119-4-mil-contribuintes-no-rn/506143>

Adiamento no recolhimento de ICMS, por 90 dias, beneficiará 119,4 mil contribuintes no RN

Publicação: 2021-03-25 00:00:00

No Rio Grande do Norte, os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, regime simplificado de arrecadação de tributos, terão prazo de 90 dias para começar a pagar o ICMS das competências de março, abril e maio. O valor referente a cada mês poderá ser pago de forma parcelada em duas vezes, podendo ser quitada uma parcela por mês, a partir de julho, segundo medida aprovada em reunião, nesta quarta-feira (24), do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Essa postergação beneficia 119,4 mil contribuintes de ICMS no RN, incluindo os registrados como Microempreendedor Individual (MEI).

Créditos: Elisa Elsie



Empresas enquadradas no Simples ficarão livres de fazer o recolhimento, de forma temporária, nos meses de março, abril e maio

A decisão será oficializada em resolução a ser publicada no Diário Oficial da União e partiu de uma proposta feita pelo Governo do Rio Grande do Norte, atendendo a um pleito do setor produtivo potiguar, junto ao Comitê Nacional de Secretários de Fazenda e Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). Os membros acataram unanimemente a sugestão e o pedido foi protocolado junto ao CGSN, que em reunião na manhã desta quarta-feira decidiu por prorrogar os vencimentos dos tributos que integram o Simples.

São recolhidos via boleto único oito tributos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL); PIS/Pasep; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Imposto sobre Produto Industrializado (IPI); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Serviços (ISS), e a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP).

"Apresentamos a sugestão na última reunião do Comsefaz e os demais secretários foram muito sensíveis devido à situação da pandemia em todo o país e da necessidade de medidas para amenizar os efeitos para o setor produtivo. Essa aprovação demonstra o quanto o Governo do Estado está atento às dificuldades da classe empresarial do RN e que tem buscado soluções articuladas", diz o secretário Estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

Calendário

De acordo com o que foi previamente divulgado após a reunião do CGSN, o calendário ficou da seguinte forma:

Período de apuração de março de 2021, com vencimento original em 20 de abril de 2021, poderá ser pago em duas parcelas iguais, sendo a 1ª em 20 de julho e a 2ª em 20 de agosto de 2021

Período de apuração de abril de 2021, com vencimento original em 20 de maio de 2020, poderá ser pago em duas parcelas iguais, em 20 de setembro e 20 de outubro de 2021

Período de apuração de maio de 2021, com vencimento original em 20 de junho de 2020, poderá ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 22 de novembro e a segunda vencendo em 20 de dezembro de 2021.

Estão enquadradas no Simples Nacional:

208,3 mil empresas, com faturamento anual bruto de até R\$ 4,8 milhões no RN, incluindo os MEI

119,4 mil são contribuintes de ICMS

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 25/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Governo adia imposto no Simples e acena com novas medidas de socorro Impacto: Neutro

B1 | QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

Acceso: tegraincorporadora.com.br e saiba mais.

TEGRA

INCORPORADORA

Reação. Tributos que seriam pagos entre abril e junho poderão ser recolhidos, a partir de julho, em seis parcelas; equipe econômica promete para 'logo em seguida' reativação de programa para redução de salário e jornada e fala em medidas para crédito em 'futuro muito próximo'

Governo adia impostos no Simples e acena com novas medidas de socorro

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O agravamento da pandemia de covid-19 e a adoção de medidas de isolamento social em Estados e municípios levaram o governo federal a acionar mais uma vez o botão das medidas de ajuda, seguindo um protocolo semelhante a março de 2020. Após a recriação do auxílio emergencial a vulneráveis, o Ministério da Economia anunciou ontem o adiamento do recolhimento de tributos para empresas do Simples Nacional.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, que desde o ano passado tem a função de coordenar o grupo de monitoramento dos impactos econômicos da covid-19, disse que o cenário econômico está sendo constantemente avaliado. Ele deixou o caminho aberto para novas ações para evitar demissões de trabalhadores e garantir acesso das empresas a crédito.

O anúncio foi feito no mes-

mo dia em que o País chegou à marca de 300 mil mortos pelo novo coronavírus. Até o momento, o governo não pediu ao Congresso Nacional nova decretação de calamidade. A recém-promulgada PEC emergencial prevê um relaxamento de regras fiscais quando é decretada calamidade nacional, justamente para o governo poder gastar e combater a tragédia. A equipe econômica, porém, tem manifestado preocupação com o quadro fiscal do País - com a dívida pública na casa dos 90% do PIB após gastos contra a covid-19 em 2020.

"A capacidade de ter novos instrumentos não significa que vamos utilizá-los", disse Guarany, sobre decretar ou não nova calamidade. "Vamos continuar analisando o cenário. É muito importante soltar as medidas de acordo com a necessidade delas. Assim como no ano passado, avaliaremos a cada momento se é necessário apertar um botão ou outro."

Guarany disse que a equipe



Foco. Governo sabe de urgência de medidas, diz Guarany

econômica tem ciência da urgência de outras medidas e afirmou que o governo tem trabalhado para destravá-las "o mais rápido possível". Segundo ele, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem feito reuniões diárias com os secretários para

acompanhar a situação.

Neste sentido, o secretário aceitou com a retomada do programa de redução de jornada e salário e suspensão de contratos como próxima ação a ser adotada pelo governo. Segundo ele, o auxílio emergencial a vulneráveis era

uma prioridade, mas já foi destravado. Agora, um dos focos é o BEM, benefício emergencial pago a trabalhadores para compensar perda salarial pelos acordos. "Vem logo em seguida", disse ele. Medidas de crédito para as empresas em dificuldade, por sua vez, devem ser anunciadas "num futuro muito próximo". "Sabemos da importância das medidas de crédito para as empresas."

Impacto no Simples. O primeiro anúncio desse novo "cardápio" de medidas de ajuda foi a suspensão da cobrança de tributos do Simples. A medida, aprovada ontem em reunião extraordinária do Comitê Gestor, alcança todos os tributos federais, estaduais e municipais recolhidos no âmbito do regime, e vale também para microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, serão adiados os tributos com pagamento previsto para abril,

maio e junho. Nesses meses, as empresas do Simples ficarão livres de fazer o recolhimento, mas apenas de forma temporária. Os valores precisarão ser quitados em seis parcelas, de julho a dezembro de 2021. "Três meses serão pagos em seis meses", disse Tostes.

O governo calcula que a medida poderá alcançar 17 milhões de contribuintes, sendo 11,8 milhões de MEIs e 5,2 milhões de empresas do Simples. O adiamento envolve R\$ 27,8 bilhões, mas o impacto é temporário, já que há previsão de ingresso desses recursos no segundo semestre do ano. A decisão do CG-Simples será publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU).

Segundo Tostes, o diferimento de tributos para empresas que não são do Simples está em estudo e será adotado, caso se mostre necessário. Ele lembrou, porém, que a arrecadação do mês de fevereiro foi recorde. Por isso, defendeu uma análise minuciosa do cenário e dos impactos econômicos da covid-19.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Itaú e XP voltam a brigar, agora por causa de cartões **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do
broadcast

Itaú e XP voltam a brigar, agora por causa de cartões

Mais uma vez, Itaú e XP se desentendem em público. Agora, o palco foi o LinkedIn e a discórdia envolveu as vantagens relacionadas ao programa de milhagens do recém-lançado cartão de crédito XP Visa Infinite. Em postagem em sua página na rede social na terça-feira, o fundador da XP, Guilherme Benchimol, apresenta um cálculo matemático dos sistemas de fidelidade dos bancos tradicionais e o contrapõe às "vantagens" proporcionadas por seu cartão, ao oferecer benefício em dinheiro e não em milhas. Lembra ainda que o juro de seu cartão é 50% menor do que dos concorrentes. Em 2020, foi o Itaú Unibanco que trouxe uma campanha publicitária na televisão criticando o modelo de remuneração de agentes autônomos, que foi prontamente respondida pela XP.



FELIPE RIBEIRO/ESTADÃO - 6/2020

» **Não, não.** Além de uma enxurrada de questionamentos de seguidores de Benchimol à respeito do cálculo, o Itaú Unibanco respondeu, por meio de um post também no LinkedIn. O diretor executivo do banco, Carlos Formigari, diz em uma postagem haver necessidade de corrigir equívocos de um de "nossos concorrentes". Ele rebate várias premissas usadas nas contas de Benchimol, como o uso do dólar para a conversão de pontos ou as amarras para troca das milhagens.

» **Chumbo grosso.** No lançamento do cartão, Benchimol já havia sinalizado que partiria para uma nova briga com os grandes bancos e ampliaria a disputa para outros segmentos além do universo do investimento. Ele comentou sobre a expectativa de que os clientes abandonariam definitivamente os cartões e que trabalhará para destruir as receitas das maiores instituições, acumuladas em cima de tarifas excessivas. No post do LinkedIn, Benchimol aparece em foto com uma tesoura na mão e um cartão, com a chamada corte relação com seu banco.

» **Com a palavra.** Procurado, o Itaú Unibanco não comentou. A XP afirmou, em nota, que o Brasil é refe-

rência mundial na cobrança de juros altos nos cartões e que grande parte dos benefícios oferecidos pelos bancos acabam não se materializando ou expirando antes do prazo de validade. Há também a cobrança de taxa de anuidade que impacta negativamente o bolso do cliente. Na nota, a XP convida concorrentes a acabarem com taxas de anuidade, reduzirem juros e oferecerem benefícios cuja escolha seja do cliente e não através de uma matemática complexa, onde muitos sequer entendem e acabam não utilizando completamente os benefícios.



ROBERT CALSAITH/SHUTTER

» **Expertos.** Acessórios inteligentes, como relógios, pulseiras e fones de ouvido conectados à internet, estão mais populares. Para 2021, são esperadas vendas de aproximadamente 3 milhões de itens desse tipo no País, o que representará salto de

55% em comparação com o ano passado, quando foram vendidas 1,9 milhão de peças, de acordo com levantamento da consultoria especializada em tecnologia IDC Brasil.

» **Ficou pop.** O setor de dispositivos "vestíveis" deslançou porque ainda é uma novidade para boa parte dos consumidores, segundo o analista da IDC, Renato Meireles. Para ele, ainda há muito espaço para o mercado crescer nos próximos anos, principalmente com o lançamento de produtos aprimorados e inovadores, atraindo fãs de tecnologia.

» **Efeito covid.** A pandemia e o isolamento social também podem ter contribuído para estimular o uso de dispositivos para monitorar a saúde na prática de atividades físicas individuais, como corrida e natação, por exemplo. Por sua vez, o trabalho em casa também aumentou a procura de fones, incluindo os modelos sem fio e com funções melhoradas. No ano passado, o pico das vendas foi entre julho e setembro, quando o distanciamento já era uma realidade para muitas pessoas.

» **Venda direta.** A gestora Geocapital, especializada em investimento em ações no exterior, fechou parceria com a Warren para ter acesso diretamente a seus investidores, por meio da plataforma "white label" da corretora de Marcelo Maisonnave. Até aqui, o acesso às carteiras da gestora pelos investidores se dava unicamente por meio de plataformas que oferecem variados fundos e opções de investimento.

MUNICIPAIS NOROCCIDENTAIS/ISTOCK



» **Estrangeira.** A Geocapital é conhecida no mercado por sua especialidade em aplicações financeiras no exterior, principalmente em ações de empresas de marcas bastante reconhecidas, como Disney, Berkshire Hathaway e Coca-Cola. Essa estratégia tem ganhado espaço na carteira dos investidores brasileiros, por conta da forte queda da taxa de juros nos últimos anos. Criada em 2013, a empresa tem atualmente R\$ 1,2 bilhão de recursos sob gestão.

CYNTHIA DECLOEDT, FERNANDA GUIMARÃES E CIRCE BONATELLI

CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Não somos vanguarda, vamos ficando na rabeira

O país do futuro vai ficando para trás. Basta conferir o que mostram os indicadores.

No seu pronunciamento pela TV na terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro, repentinamente convertido para uma causa que combateu como antiguerriheiro, destacou que o Brasil é um dos campeões em vacinação. Não é. Continua uma calamidade. Até agora, proporcionalmente à população, só aplicou 7,16 doses a cada 100 habitantes, segundo dados da plataforma "Our World in Data". Enquanto isso, os Estados Unidos aplicaram 38,34 doses; Israel, 113,22; Chile, 46,92; Peru, 16,11. (Confira a tabela.)

A disponibilidade de vacinas não é a que foi mencionada pelo presidente. Os mortos pela covid-19 passaram dos 300 mil e, conforme avisou o cardiologista que foi cogitada para ocupar o Ministério da Saúde Ludhmila Hajjar, esse número macabro tende a avançar para o meio milhão. Esse é o resultado da política desastrosa no combate à pandemia. É uma situação que descamba para "vexame internacional", para ficar com a expressão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Por todo o País, a rede hospitalar está saturada, não há UTIs, os doentes amontoam-se nos corredores, faltam medicamentos e falta oxigênio. Governadores e prefeitos fazem o que podem, mas são hostilizados pelo presidente. Não há coordenação da política sanitária em âmbito nacional.

Mas vamos para a economia. Há três semanas saiu o PIB do Brasil de 2020. Foi quando o B dos Brics, que já foi a sexta economia do mundo (em 2011) deixou de ser a oitava e agora é apenas a décima segunda. De acordo com as projeções da revista *The Economist*, Estados Unidos e a zona do euro crescerão neste ano em torno de 4,5%; a China, 8,5%; o Chile, 5,7%. O Brasil deverá ficar com 3,2%. Algumas estimativas o colocam no fim deste ano na décima quarta posição em tamanho do PIB.

Em consequência do aumento das incertezas, entre as moedas de países emergentes, o real do Brasil foi a que mais se desvalorizou em 2020: 22,4%, segundo dados da agência de classificação de risco Austin Rating. A lira turca caiu 19,2%; o rand sul-africano, 4,1%; o peso mexicano, 5,1%; o rublo russo, 16,5%. Esse movimento de enfraquecimento do real continuou em 2021: queda de 7,6% até o fechamento do mercado desta quarta-feira.

Nos países industrializados, a inflação anual é inferior a 2,0%. Na China, na Grã-Bretanha, na Suíça e na Itália, as projeções para a inflação deste ano são negativas. No Brasil, apontam ago-

PANORAMA DA VACINAÇÃO

• Doses da vacina contra covid aplicadas a cada 100 habitantes *

| | |
|-----------------|-------------|
| Israel | 113,22 |
| Emirados Árabes | 75,61 |
| Chile | 46,92 |
| ELIA | 38,34 |
| Peru | 16,11 |
| Suécia | 13,72 |
| Espanha | 13,71 |
| Itália | 13,66 |
| Portugal | 13,43 |
| Canadá | 11,19 |
| Uruguai | 10,84 |
| Argentina | 7,17 |
| Brasil | 7,16 |
| Rússia | 5,90 |
| China | 5,76 |

*DADOS REFERENTES AO DIA 23/MAR/2021

FONTE: OURWORLDINDATA

ra para alguma coisa acima dos 4,71%. A meta deste ano é 3,75%.

No mesmo dia que o presidente do *Federal Reserve* (Fed), o banco central dos Estados Unidos) avisou que antes de 2023, os juros básicos (*Fed funds*) não devem descolar de sua posição perto do zero, o Banco Central do Brasil anunciou aumento da Selic de 0,75 ponto percentual, de 2,0% para 2,75% ao ano, e passou o recado de que a alta vai continuar. Juros crescentes aumentariam necessariamente o tamanho da dívida bruta do setor público.

Há o desemprego que está em 13,9%, um número que já não reflete o real porque muita gente, desalantada, não procura mais emprego. Nos Estados Unidos, está em 6,2%; na China, 5,5%; na zona do euro, 8,1%; na Austrália, 5,8%; na Índia, 5,5%.

Nas questões ambientais, o Brasil também perdeu credibilidade. O desmatamento continua, porque a política de proteção à Amazônia e aos ecossistemas brasileiros é outro vexame. Em maio de 2020, o atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu, em reunião do Ministério, que o governo aproveitasse a confusão criada com a pandemia de covid-19 para "ir passando a boiada". O desmatamento descontrolado é uma das razões mais importantes pelas quais o acordo comercial Mercosul-União Europeia está emperrado.

Impossível que a percepção de um Brasil que perde dinamismo e que vai ficando nas rabeiras deixe de contaminar corações e mentes, o que dificulta ainda mais uma possível recuperação.

* COMENTARISTA DE ECONOMIA

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Crédito para novo BEm deve ser de até R\$ 9 bi **Impacto:** Neutro

Crédito para novo BEm deve ser de até R\$ 9 bi

Benefício para quem tiver salário reduzido ou contrato suspenso deve ser limitado

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O Ministério da Economia quer limitar em até R\$ 9 bilhões o valor do crédito extraordinário para a abertura de uma nova rodada do benefício emergencial (BEm), pago a trabalhadores que fizeram novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contratos.

Entre editar uma Medida Provisória (MP) com crédito extraordinário para o pagamento do benefício e acionar o "botão" do estado de calamidade, a equipe econômica prefere a primeira opção para não dar um "cheque em branco" de aumento do endividamento público nessa nova fase da pandemia.

O Estadão apurou que a estratégia é cancelar os restos a pagar (RAPs), despesa transferidas de 2020 para 2021, referentes a esse benefício, uma espécie de complemento de renda. O volume desses restos a pagar está em torno de R\$ 7 bi-

lhões, mas nem todo esse valor poderá ser cancelado porque há, inclusive, demandas judiciais referentes ao auxílio pago no ano passado. Esses RAPs são também de créditos extraordinários, que ficam fora do teto de gasto, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

O governo ainda não bateu o martelo do valor do crédito extraordinário para o pagamento do benefício para o trabalhador que tiver o salário reduzido ou o contrato suspenso pois ainda faz avaliação de quanto precisará reservar para o programa num cenário de incerteza.

O governo estima que a nova rodada de reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato deva alcançar entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores com custo entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões.

'Extrateto'. O governo tem previsto para este ano R\$ 80 bilhões de gastos chamados de



Nova rodada de benefício. Equipe econômica prefere usar crédito extraordinário para programa de compensação salarial

● Custo do programa

R\$ 6,5 bilhões deve ser o custo máximo da nova rodada de cortes de jornada e salário ou suspensão de contrato deva alcançar entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores

"extrateto", ou seja que podem ficar fora do limite do teto de gastos: R\$ 36 bilhões de RAPs, originados do orçamento de "guerra" de 2020 que ficaram para serem pagos em 2021, e mais R\$ 44 bilhões da nova rodada do auxílio emergencial que começa a ser paga em abril.

A equipe econômica tenta controlar esses gastos extraordinários porque, ao contrário do que aconteceu no ano passado

com o "orçamento de guerra", em 2021 as regras fiscais estão valendo, entre elas, a meta de resultado primário, que permite rombo de R\$ 247,1 bilhões este ano — em 2020, as despesas superaram as receitas em R\$ 744 bilhões. Se os gastos subirem muito, mesmo que fora do teto, a meta terá que ser alterada para ampliar o déficit previsto.

Por isso, segundo fontes da área econômica, o cancelamento de RAPs é fiscalmente neutro e uma importante sinalização para o mercado que renovou as preocupações com o risco fiscal durante essa fase final de negociação do Orçamento e piora da pandemia por exigir mais medidas de combate ao impacto da crise, como a suspensão do pagamento de tributos para pequenos negócios anunciada ontem.

Abono muda datas e libera R\$ 7,5 bi no Orçamento de 2021

● Uma mudança no calendário de pagamento do abono salarial deve liberar R\$ 7,456 bilhões no Orçamento de 2021 e no teto de gastos. Governo e representantes de trabalhadores e empregadores decidiram, na terça-feira adiar o cronograma para que o pagamento do benefício, devido a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos, seja feito dentro de um mesmo ano.

Com isso, 23 milhões de trabalhadores com carteira assinada

que preencheram os critérios do abono em 2020 vão receber o benefício a partir do fim de janeiro de 2022 e não mais a partir de julho deste ano. O abono é pago no valor de um salário mínimo (hoje em R\$ 1.100 e previsto em R\$ 1.147 para o ano que vem).

Hoje, os repasses do abono salarial começam em julho de um ano e se estendem até junho do período seguinte. Mas um relatório preliminar da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou uma "inconformidade" nesse formato, uma vez que o governo divide o empenho dos recursos (a primeira fase do gasto, quando há o reconhecimento do compromisso de despesa) em dois anos. /DIANA TOMAZELLI

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 25/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Dezesseis governadores pedem auxílio emergencial de R\$ 600 Impacto: Neutro

Dezesseis governadores pedem auxílio emergencial de R\$ 600

Mercado vê ameaça fiscal em pedido e puxa dólar para cima; moeda dos EUA sobe 2,25% e fecha o dia em R\$ 5,63

Nicholas Shores

Em carta aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do

Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), governadores de 16 Estados pedem que o Congresso disponibilize recursos necessários para que os valores da nova rodada do auxílio emergencial sejam superiores aos estabelecidos pelo governo federal em medida provisória, de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375. Eles defendem que a reedição do socorro a vulneráveis na pandemia repita

a quantia mensal de R\$ 600 e os critérios de acesso adotados nos oito desembolsos feitos em 2020.

Os governadores que assinaram a carta reforçam a dramaticidade do cenário no País com novos recordes de mortes diárias pela covid-19, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos para intubações de pacientes graves e es-

gotamento dos profissionais da saúde. Lembram, também, que o calendário de vacinação e a obtenção de novas doses dos imunizantes contra o coronavírus estão mais lentos do que as respostas necessárias para reverter o quadro atual.

Os signatários apontam ainda que, não obstante sua reivindicação, entendem a importância de o País manter o compromisso com a responsabilidade fiscal para, "logo à frente", voltar a uma trajetória de ajuste das contas públicas que compatibilize programas sociais com formas responsáveis de financiá-los. "É importante entender o esforço de mitigação da crise atual para os mais vulneráveis como extraordinário e temporário", dizem.

Dólar. O mercado porém não considerou essa última parte e logo após a divulgação da carta dos governadores o dólar, que já vinha em alta, ampliou esse movimento fechando o dia em alta de 2,25% valendo R\$ 5,63./

COLABOROU SIMONE CAVALCANTI

Sob críticas, Congresso vota Orçamento hoje

Daniel Weierman | BRASÍLIA

O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), criticou o patamar de investimentos dos militares do Orçamento de 2021. O projeto deve ser votado nesta quinta-feira pelo Congresso Nacional e há pressão por mais recursos para obras e saúde, em meio à pandemia de covid-19.

A peça orçamentária destina R\$ 8,3 bilhões para investimentos do Ministério da Defesa, um quinto (22%) do total para todo o governo federal, conforme relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentado ontem.

O líder da minoria comunicou que o PT tentará reverter o cenário, apesar de não haver esse movimento em grupos fora da oposição.

Os militares também são a única categoria que deve ser contemplada este ano com rea-

juste, o que deve consumir outros R\$ 7,1 bilhões dos cofres públicos, enquanto todo o restante do funcionalismo está com o salário congelado até dezembro. Como o aumento é autorizado por leis anteriores, com aval do próprio Congresso Nacional, o orçamento é obrigado a considerar essa projeção.

"Os militares vão receber reajuste salarial e um quinto dos investimentos federais enquanto a saúde está em colapso. É assim que Bolsonaro demonstra sua preocupação com o Brasil e com os brasileiros?", questionou Prates em declaração enviada à imprensa.

"É um absurdo que, num momento como este, o governo trabalhe por aumentos salariais para as Forças Armadas e deixe de lado a pandemia", afirma o parlamentar.

"Não tem cabimento eleger os militares como privilegiados no meio de uma pandemia e no rastro de um governo incapaz de reduzir despesas públicas", criticou o cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CLP), Luiz Felipe D'Ávila.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Deseja saber qual o Maior e Melhor Aproveitamento para seu terreno ou gleba?
Contrate uma de nossas opções de estudos e identifique as melhores oportunidades de ocupação, com dimensionamento da oferta/demanda e retorno de seu investimento.

Solicite um orçamento sem compromisso!

embraesp.com.br estudos@embraesp.com.br

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

EMBRASP

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Com venda reduzida, varejo adia pedidos **Impacto:** Neutro

Com venda reduzida, varejo adia pedidos

Temor é acumular estoques por falta de demanda; empresários tentam ainda adiar entregas e pagamentos do que já foi encomendado

Márcia De Chiara

As medidas de lockdown decretadas nas principais cidades do País para conter o avanço da pandemia, com o fechamento de comércios não essenciais, já começa a ter impacto na indústria. Com as lojas físicas sem poder funcionar nos grandes mercados consumidores, os varejistas seguram novas encomendas e pedem para adiar as entregas e os pagamentos de pedidos já feitos. O temor do comércio é acumular estoques indesejados por falta de demanda. Diante dessa fredda brusca no consumo que vinha se recuperando, indústrias correm o risco de reeditar o cenário que houve em abril do ano passado, quando a produção parou por causa da primeira onda de covid-19.

“Desde a semana passada, o varejo já começou a segurar pedidos para não acumular estoques”, afirma Marcelo Silva, presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV). A entidade reúne 73 varejistas, boa parte dos peso pesados do comércio. Juntas essas companhias faturam R\$ 411 bilhões anualmente e têm cerca de 34 mil lojas no País.

Silva explica que as varejistas estão segurando os pedidos diante da falta de horizonte de quando a vacinação em massa vai ocorrer e a vida voltar ao normal.

O comércio eletrônico, cuja participação no volume de vendas dobrou no último ano, é uma alternativa para o varejo continuar faturando, mesmo com a proibição de abertura das lojas físicas. No entanto, o executivo lembra que as vendas online ainda representam muito pouco do total do comércio. Antes da pandemia, o e-commerce respondia por cerca de 5% da receita de vendas do varejo e, no ano passado, atingiu 10%.

Para Silva, esse adiamento de pedidos vai afetar a produção da indústria de produtos não essenciais e o impacto deve variar de empresa para empresa. “Cada companhia tem um ‘turnover’ de inventário e isso é questão de semanas”, prevê.

A Multilaser, uma das maiores indústrias nacionais de eletroeletrônicos, que fabrica tablets, televisores, computadores, smartphones, por exemplo, já registra por parte dos clientes varejistas o adiamento por 30 dias das entregas e do pagamento das encomendas. “Cerca de 20% dos pedidos estão com pagamento e entrega prorrogados”, conta o presidente da empresa, Alexandre Ostrowiecki, ponderando que o cancelamento ainda representa muito pouco do total e que a situação está sob controle.

De toda forma, ele frisa que é uma situação incômoda porque a empresa trabalha com nível de estoques de componentes para nove meses, muito acima

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

NESTE SÁBADO, 27/03, ÀS 9h15, ESTAS E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES:



HARLEY-DAVIDSON XL 1200 CB 14/14



MERCEDES-BENZ GLA250 18/18



FIAT MOBI EASY 17/17



MERCEDES-BENZ C200 14/15



HONDA FIT LX CVT 15/17



VOLKSWAGEN UP MOVE MA 14/15



SOMENTE ONLINE
www.sodresantoro.com.br
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSO AGORA.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Indicadores de confiança são os piores desde maio

Vinícius Nader | RIO

O estrago da piora da pandemia sobre a atividade econômica começou a aparecer de forma mais clara nos indicadores de confiança do consumidor e de empresários, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos últimos dias. Os índices de confiança dos comerciantes e dos consumidores atingiram em março o menor nível desde maio do ano passado.

Com um tombo de 18,5 pontos ante fevereiro, o Índice de Confiança do Comércio (I-com) foi a 72,5 pontos, informou ontem a FGV. Um dia antes, na terça-feira, a entidade informou que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 9,8 pontos em março, a 68,2 pontos. Menos afetada pelas restrições, a confiança da indústria poderá cair menos: a prévia do Índice de Confiança da Indústria (ICI) de março teve um recuo de 4,0 pontos em relação ao resultado fechado de fevereiro, para 103,9 pontos. Se confirmado, será o menor nível desde agosto de 2020.

Recuar a níveis quase tão baixos quanto o de maio de 2020 significa se aproximar do fundo do poço da crise causada pela pandemia. Naquele mês, a crise estava no auge, com empresas e trabalhadores ainda lidando com o fechamento repentino das atividades econômicas, menos de dois meses após a chegada da covid-19 ao País.

Agora, um ano após as primeiras mortes em decorrência da doença, o Brasil está registrando os piores números da pandemia. Com um aperto nas medidas de restrição ao contato social – que têm impacto direto no comércio – batendo à porta, o humor dos empresários teve neste mês um ponto de virada, disse Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

No caso do Icom, o pesquisador lembrou que, após uma forte recuperação no terceiro trimestre, na esteira da retomada da economia, a confiança dos comerciantes já havia começado a reater no fim do ano passado. Em janeiro, começou 2021 com queda, vinha num ritmo lento, era uma “pioradinha”. “Agora em março foi uma percepção muito negativa.”

Em março, a confiança caiu em todos os seis principais segmentos do comércio e foi puxada pela piora das expectativas. O Índice de Situação Atual tomou 10,6 pontos, para 75,9 pontos, enquanto o Índice de Expectativas desabou 25,7 pontos para 70,2 pontos. Os dois subíndices registraram em março os menores níveis desde maio.



Pesadelo. Ostrowiecki, da Multilaser, teme reedição de parada de fábricas de abril de 2020

da média do mercado, que é de cinco meses. “Temos um capital grande investido”, diz.

Com fábricas em Manaus (AM) e em Extrema (MG), Ostrowiecki explica que não dá para calcular o tamanho do dano dessa fredda, movimento que houve também em 2020 por conta da primeira onda de covid-19. “É uma reedição de abril de 2020, parece que estamos re-videndo o mesmo pesadelo.”

Desde que a atividade reabriu e a demanda por eletrônicos foi retomada, a empresa tem enfrentado nos últimos meses problemas de falta de matérias-primas e componentes importados usados na produção. Por isso,

passou a trabalhar com dois turnos e meio, quando o normal seriam três turnos. Parte dos funcionários está em banco de horas, férias ou executando atividades de manutenção por causa da falta de insumos.

No entanto, diante do novo lockdown, o executivo observa que no momento o problema

maior é o adiamento dos pedidos do varejo do que a falta de componentes, que vem ocorrendo em função da retomada da economia global.

Sondagem recente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) mostra que 35% dos associados enfrentam atrasos de produção e entregas ao varejo. Em 10% das fábricas, parte da produção já teve que ser paralisada em razão da falta de componentes eletrônicos. Agora, no entanto, com essa fredda nas compras do varejo, provavelmente essa situação pode ser atenuada.

Montadores. Cinco montadoras veículos já suspenderam na última semana a produção e colocaram cerca de 30 mil trabalhadores em casa sob a justificativa de restringir a circulação de pessoas e conter o avanço da pandemia. Mas, na prática, as concessionárias que revendem esses veículos estão proibidas de funcionar por causa das medidas de lockdown e praticamente sem vendas.

COLABORARAM
EDUARDO LAGUNA E CLEIDE SILVA

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 25/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Com compra do Big, Carrefour chega a R\$ 100 bi de receita e avança no atacarejo Impacto: Neutro

Gigante. Com a aquisição, um negócio de R\$ 7,5 bilhões, rede francesa consolida a liderança no varejo alimentar do País e deve concentrar pelo menos 15,3% das vendas do setor; a ação subiu quase 13% ontem, e companhia ganhou R\$ 4,9 bi em valor de mercado

Com compra do Big, Carrefour chega a R\$ 100 bi de receita e avança no atacarejo

Matheus Piovessana
Daniele Madureira
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A aquisição do Grupo Big pelo Carrefour Brasil, negócio de R\$ 7,5 bilhões anunciado ontem, tem o potencial de expandir as operações da rede francesa no País em diferentes frentes, e coloca a companhia vários passos adiante na corrida do atacarejo, segmento que se tornou a joia da coroa das grandes varejistas no mercado nacional. Para analistas, é uma compra altamente estratégica por consolidar a liderança do Carrefour no Brasil. A ação da varejista encerrou o dia com alta de 12,77% na B3, e a empresa ganhou R\$ 4,9 bilhões em valor de mercado.

A transação envolverá um pagamento de 70% em dinheiro e de 30% em ações, que o Carrefour entregará aos atuais acionistas do Big – a gestora Advent e o Walmart.

O negócio cria um grupo com faturamento combinado de R\$ 100 bilhões, 137 mil funcionários e 876 lojas, segundo dados de 2020. A estimativa é de que as sinergias entre as duas empresas cheguem a R\$ 1,7 bilhão anuais, valor que não se refere apenas a cortes de custo.

O Carrefour quer fazer com que o Big venda mais e traga um fluxo maior de clientes a seu banco, parte importante do quebra-cabeças da companhia no Brasil. O País é hoje o maior mercado da varejista fora da Fran-



Força. A operação cria um grupo com 137 mil funcionários e 876 lojas; estimativa é de que sinergias cheguem a R\$ 1,7 bi

● **Complementares**
“A compra representa um grande salto. As duas empresas são extremamente complementares”
Noël Prioux
CEO DO CARREFOUR BRASIL

ça, com 45 milhões de clientes, número que subirá para 60 milhões com o novo parceiro.

“A compra representa um grande salto. As duas empresas são extremamente complementares”, afirmou Noël Prioux, CEO do Carrefour Brasil. Ele destacou a força do Big nas regiões Sul e Nordeste, onde o Carrefour é menos presente, e o ape-

lo a públicos que hoje não são atendidos pela empresa. As marcas do Big serão substituídas pelo Carrefour e pelo Atacadão, a depender do tamanho das lojas.

De cara, o Carrefour ganha musculatura no atacarejo, segmento que tem puxado o faturamento e os lucros das grandes redes do setor nos últimos anos. As 49 lojas do Maxxi, o atacarejo do Big, serão convertidas em Atacadão, e parte dos hipermercados Big terá o mesmo destino.

“Antes da pandemia, o atacarejo já crescia mais. Uma das razões é a de que o atacarejo cumpre a função de abastecimento, com compras ‘do mês’, que antes era do hipermercado”, explica Eugênio Foganholo, da consultoria Mixxer Desenvolvimento Empresarial. “O atacare-

jo tem uma oferta que atende a essa compra. E os preços do atacarejo são muito atraentes.”

Contexto. O peso do preço na disputa pelo bolso do consumidor ficou ainda mais importante em um cenário de crise econômica e inflação em alta. Há ainda a redução do novo auxílio emergencial dos R\$ 600 pagos no ano passado para uma média de R\$ 250 neste ano. Ainda assim, a Associação Brasileira de Supermercados (Abas) estima que o setor crescerá 4,5% neste ano em relação a 2020, ano em que as vendas aumentaram 9%.

O dado prova a força do atacarejo. No quarto trimestre de 2020, as vendas do Atacadão cresceram 32,4%, enquanto as da bandeira Carrefour subiram

8,4%. Essa diferença entre o atacarejo e o chamado multivarejo (que inclui supermercados e hipermercados) é visível em todo o setor. O GPA separou os dois segmentos em empresas distintas justamente para valorizar mais o atacarejo – e o valor do Assai se multiplicou quase cinco vezes já no primeiro dia de negociação na B3.

O Carrefour, no entanto, não pretende fazer o mesmo. “Nos últimos anos, aprendemos a colocar modelos diferentes juntos sem que um impacte no outro”, disse Prioux. “Nós consideramos que há muitas sinergias (entre atacarejo e multivarejo). Ter um ecossistema global é melhor do que ter um ecossistema separado.”
Mantendo as duas vertentes

na mesma empresa e agregando o Big, o Carrefour espera ganhar poder de barganha nas negociações com fornecedores, e atrair mais consumidores do Banco Carrefour. Atualmente, o Big tem contrato com a HiperCard, do Itaú Unibanco, para oferecer serviços financeiros. Após o fechamento da operação, a HiperCard deve dar lugar ao Banco Carrefour.

Líder mais forte. Com a compra, o Carrefour consolida a liderança no varejo alimentar brasileiro. A consultoria Varese Retail estima que a combinação das empresas vai criar uma gigante que concentrará ao menos 15,3% das vendas do setor no País. Juntos, GPA e Assai, que seguem com os mesmos controladores, ficarão com 10,9%, em segundo lugar.

Para o mercado financeiro, esse fortalecimento justifica o preço que o Carrefour vai pagar. “A aquisição aumenta a liderança do Carrefour e fortalece sua posição na região Sul, notoriamente difícil para nomes de escala nacional”, afirmaram Richard Cathcart, João Andrade e Victor Gaspar, analistas do Bradesco BBI.

A transação ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No ano passado, o órgão aprovou sem restrições a compra de 30 lojas do Makro pelo Carrefour, transação menor que a do Big, mas semelhante em termos de presença geográfica das empresas envolvidas.

ENTREVISTA

Patrice Etlin, sócio-diretor do Advent na América Latina e presidente do conselho do BIG

‘Conseguimos entregar em dois anos o plano para cinco’

Advent International multiplicou por quatro o investimento inicial que fez no Big – cerca de R\$ 1,6 bilhão

Fernanda Guimarães

Um dos maiores investidores financeiros no Brasil, o fundo de private equity (que são aqueles que compram participações em companhias) Advent International fez uma breve passagem pelo Grupo Big, que durou três anos. O período, contudo, foi intenso e marcado pela reestruturação da rede de supermercados até então controlada pelo gigante norte-americano Walmart. Depois de mudar o nome, a direção, fazer conversão de lojas e implementar a digitalização, a empresa voltou aos holofotes do mercado quando abriu seus números ao tornar público seus planos de abertura de capital, comenta o sócio-diretor do Advent na América Latina e

presidente do conselho do Grupo Big, Patrice Etlin. Segundo ele, o desinvestimento veio mais rápido do que o de costume porque o resultado também foi célere. “Conseguimos entregar em dois anos o plano para cinco”, comenta. Em um prazo meteórico, o fundo norte-americano fez multiplicar em cerca de quatro vezes seu investimento inicial da ordem de R\$ 1,6 bilhão, de acordo com os dados públicos que constam no prospecto da oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) do Big, transação que com a venda foi cancelada.

O Advent, que captou ano passado um fundo de cerca de R\$ 11 bilhões para investir na América Latina, ingressou recentemente no Brasil no grupo dono da Copenhagen. Por aqui, possui ainda na carteira empresas como a companhia de tecnologia CIBT e a Fortbrás, rede de varejo de autopeças por atacado.

● O Advent comprou o controle

do Walmart em 2018 e a venda veio apenas três anos depois, algo que chamou atenção. O que aconteceu de diferente?

A gente vem olhando esse setor desde 2014, porque naquele ano estávamos em um início de recessão e começamos a olhar setores mais defensivos. Chegamos a olhar uns 60 ativos. A conversa com o Walmart começou em 2016 e quando compramos, em 2018, já tínhamos um plano bem claro do que gostaríamos de fazer. Fizemos um turnaround (reestruturação) operacional bastante relevante, mas quando entramos já estávamos com o time, estratégia e um plano metódicos prontos. Já sabíamos, inclusive, que iríamos abandonar o nome (Walmart). Os resultados vieram muito mais rápido do que a gente esperava e, no final de 2020, já podíamos levar a empresa para o mercado. Conseguimos entregar em dois anos um plano de cinco. Nossos números se tornaram públicos e surpreendemos o mercado com o tama-



Etlin. Conversa com Carrefour começou no início do ano

nho que a empresa estava.

● E como foram as negociações com o Carrefour?

Quando os números se tornaram públicos, o turnaround obviamente abriu os olhos do Carrefour, que não estava enxergando anteriormente o que a gente vinha entregando. As conversas com o Carrefour começaram no início do ano, quando ainda estávamos conduzindo o IPO, e aceleraram a partir do Carnaval. Acreditamos que bastante já foi feito, mas que ainda há muito para fazer. Nós mostramos o potencial, mas a margem está aqui mesmo olhando o Carrefour, que era nosso bench-

mark. E ainda temos posição e agora seremos o terceiro maior acionista do Carrefour, atrás da Península (grupo de investimentos do empresário Abílio Diniz). Acabamos tendo uma realização mais cedo do que a gente esperava, mas ainda quero estar nesse jogo.

● E como o Advent vem olhando oportunidades de investimento no Brasil?

Tecnologia é um tema importante. Quando vendemos a Easyinvest, tivemos mais interessados, mas escolhemos o Nubank para ter uma posição no banco digital (parte dos recursos recebidos foi em ações). Temos desde 2019 um

investimento na CIBT, que é uma empresa que assessoria a transformação digital das companhias, que está explodindo e que é um candidato a um IPO na Nasdaq (bolsa de valores nos Estados Unidos, conhecida por abrigar empresas de tecnologia). E tem a Copenhagen, que mesmo com lojas fechadas, tem marcas fortes, que vai muito bem no digital, e, mesmo na pandemia, está apresentando resultados muito bons. Em tecnologia temos um pipeline bem ativo.

● E o varejo, que é um setor que o Advent sempre investiu?

A agenda do varejo é super relevante para nós e continua sendo. Acabamos de captar um fundo que ainda não começamos a investir.

● E como está hoje investir no Brasil?

O investidor que está conosco está acostumado à volatilidade. Uma das coisas que tenho certeza é que vai ter volatilidade. São investidores acostumados e confiam na gente. Hoje os fundos são cobrados para entregar resultados absolutos. Existe ainda uma preocupação grande do investidor europeu com as questões ESG (ambiental, social e de governança), mas isso sempre foi algo que endereçamos na carteira.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Rappi e outros apps reduzem taxas para restaurantes durante crise **Impacto:** Neutro

Rappi e outros apps reduzem taxas para restaurantes durante crise

iFood e Uber Eats adotam medidas similares; para ABrasil, há 'sensibilização' de startups

Marina Dayrell



A relação entre empreendedores e aplicativos de delivery ganhou mais um capítulo. Ontem, a startup Rappi anunciou que, diante do agravamento da pandemia do coronavírus e do fechamento de bares e restaurantes em várias regiões do Brasil, irá

reduzir o valor das comissões cobradas dos estabelecimentos. O tema faz parte de reclamações recorrentes de empreendedores do setor em relação às plataformas de entrega, que chegam a cobrar 30% de taxa.

A medida começa a valer a partir de 5 de abril e se aplica aos negócios que sejam associados à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABrasil) e à Associação Nacional de Restaurantes (ANR).

Pacote. Segundo a diretora de Restaurantes da Rappi no Brasil, Ana Szasz, a redução faz parte de um pacote de ações que vem sendo anunciado pela empresa desde a última semana, como o empréstimo de R\$100 milhões a restaurantes e a isenção

de taxas por 90 dias para novos estabelecimentos cadastrados no aplicativo.

“O mundo ideal seria esperar ter todas as medidas e ir tudo de uma vez, mas o mundo em que estamos vivendo exige uma rapidez para ajudar o setor. A redução das comissões é uma decisão delicada, uma aposta no mercado brasileiro, que não fizemos sozinhos. Ela foi feita com apoio das associações do setor”, explica. Segundo a Rappi, no momento, a redução das comissões pagas pelo empreendedor não irá diminuir as taxas pagas pela empresa aos entregadores.

“Como o nosso setor tem uma margem muito estreita, principalmente quando temos pouco faturamento, qualquer

1% que a gente consiga de isenção já é benéfico. Se isso não for cobrado futuramente, é melhor ainda. É essencial para formar caixa durante a pandemia”, conta Gabriel Fullen, sócio do Grupo Locale (que detém as marcas Oguru Sushi & Bar, Locale Caffè, Locale Trattoria e Poke by Oguru). Hoje, a empresa é parceira exclusiva do Rappi, além de realizar vendas por drive-thru.

Para obter a redução das comissões na Rappi, os estabelecimentos precisam manifestar o interesse por um cadastro feito no aplicativo até o dia 28 de março. Para quem opta pelo modelo marketplace (aquele no qual a venda é feita pelo aplicativo, mas a entrega é realizada pelo próprio estabelecimento), as novas comissões serão de, no máximo, 5% e valem até o dia 31 de dezembro de 2021.

Já para os optantes do modelo full service (além da venda, a Rappi também é a responsável pela entrega dos produtos), a

comissão máxima é de 18%, válida até 4 de julho de 2021. A empresa não divulga as comissões habitualmente cobradas dos empreendedores.

“Os marketplaces de delivery estão mais sensibilizados quanto ao papel que podem desempenhar na ajuda ao setor nesse momento difícil, com objetivo de manter bares e restaurantes em operação. Nós já tivemos taxas da ordem de até 30%, cobradas por essas plataformas. Depois foram caindo para 27% e, por fim, mais recentemente, circulando em torno de 23%. Se você imaginar que pagávamos 30% e agora estamos pagando 18%, você tem um respi-

● **Apoio**
“A redução das comissões é uma decisão delicada, uma aposta no mercado brasileiro.”

Ana Szasz

DIRETORA DE RESTAURANTES DA RAPPI

ro de 12% no comprometimento dos custos”, destaca o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABrasil), Paulo Solmucci.

Concorrência. A expectativa da associação é que outros aplicativos do setor, como as plataformas iFood e Uber Eats, ofereçam condições semelhantes. O iFood anunciou, no início do mês, redução de 23% para 18% para os restaurantes que usam a entrega do aplicativo, e de 12% para 11% para os estabelecimentos que atuam com entrega própria. A medida é válida até o fim de março e, a empresa não informou se haverá prorrogação.

Já Uber Eats adotou, em fevereiro, a extinção da comissão de serviço para os restaurantes que optaram pela modalidade em que o cliente retira o pedido diretamente nos estabelecimentos. No entanto, o formato “take away” está proibido em São Paulo durante a fase emergencial.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Meta é ter mulheres em 20% do time de liderança' **Impacto:** Neutro

B14 | Economia | QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

ENTREVISTA



Fernanda Pires, vice-presidente de Pessoas e ESG da EDP

'Meta é ter mulheres em 20% do time de liderança'

Vice-presidente de Pessoas e ESG da EDP, executiva quer integrar essa agenda ao processo de tomada de decisão

Renê Pereira

Na EDP Brasil desde 2014, a executiva Fernanda Pires foi a escolhida para assumir o comando da recém-criada vice-presidência de Pessoas e ESG (sigla em inglês que contempla critérios ambientais, sociais e de governança) do grupo. Aos 39 anos, a executiva terá como principal desafio a integração maior da agenda sustentável nas tomadas de decisão da empresa do setor de energia. "Temos compromissos e objetivos muito concretos e, para alcançar esses objetivos, precisamos de uma empresa toda em movimento."

Veja a seguir trechos da entrevista.

● Qual a importância da criação

dessa vice-presidência?

Acredito que tem dois pontos importantes. Primeiro é a simbologia que isso dá para o assunto ESG. Além disso, o grande desafio dessa cadeira é conseguir integrar cada vez mais essa agenda nos processos de tomada de decisão da empresa. Tudo o que for fazer – seja na compra de um serviço ou produto ou para fechar um negócio – precisa passar por essa agenda, mesmo que isso signifique fazer coisas que vão além do que estabelecemos. É ter o ESG como valor da empresa, é nisso que acredito. Temos compromissos e objetivos concretos e, para alcançar isso, precisamos de uma empresa toda em movimento. Isso é o que tem se discutido no mundo empresarial.

● Quais fatores motivaram a criação dessa posição?

A criação dessa cadeira é resultado de uma caminhada que vem desde 2014. Desde essa época, a empresa tem uma agenda forte nessa dimensão



Novo cargo. Fernanda Pires assumiu em fevereiro nova vice-presidência criada pela EDP

● **Habilidades**
"O profissional dessa área precisa ter um olhar para desafiar, construir novas parcerias e se conectar com os stakeholders (*partes interessadas*) e, dessa forma, conseguir trazer mais inovação para essa agenda ESG."

ambiental, social e de governança. Tanto que em 2015 já tinha um olhar mais amplo em relação às metas e objetivos que precisávamos construir. Daquele momento para cá houve uma grande mudança, uma agenda de transformação cultural. E dentro dessa cultura já havia esse espectro mais largo de olhar para o meio ambiente, para aspectos sociais e de governança. Ao contrário do passado, nossas metas não têm mais como foco apenas o acionista. Elas têm uma visão

holística. E isso traz uma agenda no dia a dia da companhia, porque passa a estar no dia a dia das pessoas. Ou seja, a criação dessa vice-presidência é resultado de uma caminhada mais longa nessa agenda.

● O que um profissional tem de ter para assumir essa área?

Muito tem se falado das habilidades importantes para os executivos que vão liderar essa agenda. Fala-se muito em pensamentos sistêmicos, porque é preciso ter um olhar mais amplo, mais holístico, um olhar para os diferentes agentes na construção da estratégia da companhia. Tem a questão dos stakeholders (*partes interessadas*) no processo de transformação. Então tem de ter esse olhar de stakeholder para entender o impacto da decisão de negócios em todos os envolvidos, nas comunidades, no entorno e também na inovação. Esse é um grande ponto que re-

força essa agenda porque temos muitas coisas que foram feitas, mas precisamos falar sobre o que não foi feito ainda. Portanto, esse profissional precisa ter um olhar de desafiar, construir novas parcerias e se conectar com os stakeholders para conseguir trazer mais inovação para essa agenda.

● Para uma empresa de energia, que tem como opção as fontes renováveis, é mais fácil ter esse olhar sustentável?

Diria que nosso papel é bastante relevante porque faz parte da transição energética que vem pela frente. Isso nos ajuda. Mas o fato de termos começado esse processo antes nos trouxe maturidade para agora nos desafiar e criar ambições mais significativas. Hoje falamos em ser livre de carvão até 2025 e carbono neutro em 2030. Isso significa antecipar em 20 anos a decisão do Acordo de Paris. Na questão social,

estruturamos uma agenda de diversidade e inclusão. Tínhamos muitas ações antes de 2019, mas foi a partir daquele momento que de fato fizemos uma governança forte por tema e comitês, com clareza do porquê diversidade e inclusão é importante para nossa estratégia. Você começa de fato a ter um desdobramento estrutural. Isso traz uma velocidade para a agenda muito grande.

● O que seriam essas ambições?

Temos as metas ambientais submetidas ao Science Based Targets (SBTi), uma entidade que mobiliza empresas para assumir compromissos com base na ciência. Isso consiste em ter uma matriz de geração energética 100% renovável e envolve uma série de ações, como eletrificar toda a frota de veículos leves no Brasil; fomentar a compra e venda de energia renovável no nosso portfólio; e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos negócios de distribuição. Esses são os pontos macro que nos levam a conversar com essa ambição que foi estabelecida.

● E na área social?

Até 2022, temos a meta de ter 30% de mulheres no quadro geral da empresa – hoje esse número é de 22%. Em cargos de liderança temos 14% e chegaremos a 20%. Hoje temos três mulheres no Conselho de Administração da empresa – 30% da composição, que é uma média acima do mercado. Também temos a meta de atingir 50% das contratações em grupos sub representados na sociedade (gênero, raça, LGBT, pessoas com deficiências e gerações 50+). Também nos comprometemos com R\$ 1 milhão para programas de desenvolvimento para grupos de diversidade e R\$ 600 mil em programa de capacitação, para pensar empregos verdes e empregos novos.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Petrobrás fecha venda de refinaria na Bahia **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B11

Petrobrás fecha venda de refinaria na Bahia

Fundo de investimento Mubadala vai pagar US\$ 1,65 bi; valor é criticado por analistas

Fernanda Nunes / RIO

O conselho de administração da Petrobrás aprovou ontem a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, para o Mubadala, fundo de investimento dos Emirados Árabes, que vai pagar US\$ 1,65 bilhão pela fábrica de derivados de petróleo, como gasolina e óleo diesel. A estatal calcula que vai receber R\$ 9,1 bilhões pelo ativo, considerando o dólar da última terça-feira. Mas esse valor ainda vai ser ajustado quando a transação for concluída, o que deve aconte-

cer até o fim do ano.

Foi a primeira operação de venda, de um total de oito refinarias que entraram na lista de privatização. Instalada no município de São Francisco do Conde, a Rlam responde por 14% de toda produção nacional de derivados de petróleo. A unidade quer expandir a fábrica, de olho no abastecimento do mercado do Nordeste. "Acreditamos que, a partir da conclusão do nosso investimento na Rlam, seremos capazes de atrair parceiros globais de negócios para o setor", afirmou Oscar Fahlgren, diretor-executivo da Mu-

badala Capital no Brasil.

A privatização da Rlam é uma vitória do atual presidente da empresa, Roberto Castello Branco, que deixa o cargo no mês que vem, após ser criticado e demitido pelo presidente Jair Bolsonaro por conta de sucessivos reajustes de preços. O mandato do executivo terminou há cinco dias, mas ele vai permanecer até a chegada do seu substituto, o general do Exército Joaquim Silva e Luna. Assim, Castello Branco conseguiu dar a largada num projeto idealizado em 2019 - o de ceder espaço da Petrobrás no comércio de combustíveis a investidores privados.

'Intervenções'. O segmento de produção de derivados de petróleo é, hoje, dominado pela Petrobrás, dona de quase a totalidade do parque nacional. Ao se desfazer de refinarias e estimular a entrada de concorrentes, a atual diretoria da petrolífera espera evitar que o governo, sócio majoritário da companhia, interfira nos preços dos combustíveis. A expectativa é de que o Mubadala e possíveis novos investidores cobrem pela gasolina e pelo diesel valor equivalente ao de importação, variáveis conforme às oscilações do dólar e do petróleo.

O desinvestimento da Rlam vai contribuir para "iniciar um processo de redução de riscos de intervenções políticas na precificação de combustíveis", disse Castello Branco, no comunicado da venda da refinaria. Ele afirmou também que o negócio vai ajudar a empresa a reduzir a dívida e melhorar a alocação de capital.

O projeto de privatizar refinarias surgiu, na verdade em 2018, no governo de Michel Temer. A intenção, inicialmente, era vendê-las em blocos, para agregar ao negócio. Em sua gestão, Castello Branco optou por desmembrar o projeto e as licitações

ocorreram separadamente. Em uma delas, a empresa já não teve sucesso - a da Refinaria do Paraná (Repar), porque nenhum dos interessados apresentou um valor que fosse considerado adequado.

O valor de US\$ 1,65 bilhão a ser pago pelo fundo árabe foi alvo de crítica de analistas e chegou a deixar alguns dos conselheiros cautelosos na hora de aprovar a venda na reunião, segundo fontes. Dois deles pediram vista, na tentativa de adiar a decisão, mas tiveram o pedido negado. Segundo o BTG Pactual, a proposta do Mubadala ficou 35% abaixo do limite inferior de suas estimativas. Já o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) estimou valor de US\$ 3 bilhões para o ativo, quase o dobro do que será pago pela refinaria.

A Petrobrás rebate as críticas. De acordo com a empresa, bancos e consultorias técnicas consideram que a proposta do Mubadala se encaixa numa faixa de valores considerados justos. Presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar disse que a entidade vai tentar reverter a decisão na Justiça e que poderá ampliar a greve, que hoje acontece em quatro Estados. "Essa refinaria teve e tem um papel central no desenvolvimento do País, do Nordeste e do Estado e, agora, a perspectiva é de se romper com essa trajetória histórica desenvolvimentista da companhia."



Efeito. Operação foi vista como vitória do atual presidente da estatal, que deixa o cargo em abril

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Pressão por emendas para obras emperra votação do Orçamento **Impacto:** Neutro

mercado

Pressão por emendas para obras emperra votação do Orçamento

Marinho e Damares ganham mais verba, e Itamaraty perde em novo Orçamento de 2021

Thiago Resende
e Bernardo Caram

BRASÍLIA Sem consenso na base do governo, a votação do Orçamento de 2021 emperrou nesta quarta-feira (24), quando havia a expectativa de que o projeto avançasse na CMO (Comissão Mista de Orçamento). Há pressão de líderes por mais recursos para emendas parlamentares.

Emendas são mecanismos para que deputados e senadores destinem mais dinheiro para projetos e obras nas bases eleitorais.

O governo espera destravar as negociações e manter a previsão de concluir a votação do Orçamento de 2021 (passando pela CMO e pelo plenário do Congresso) até esta quinta-feira (25).

A equipe econômica espera que o relator do projeto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), faça uma alteração no texto, reduzindo a previsão de despesas com abono salarial —espécie de 14º salário pago pelo governo a trabalhadores com carteira assinada e renda de até dois salários mínimos (R\$ 2.200).

O Codefap (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) decidiu adiar o pagamento do abono. Os benefícios que seriam pagos no segundo semestre foram transferidos para 2022.

O ajuste, segundo o governo, foi necessário por causa de atraso no processamento dos dados de quem tem direito ao abono e também para atender a uma recomendação da CGU (Controladoria-Geral da União) para que o calendário de pagamentos se encerre no mesmo ano. Atualmente, os lotes começam a ser liberados no segundo semestre de um ano e acabam no primeiro semestre do ano seguinte.

Com a mudança, o governo deve deixar de gastar cerca de R\$ 7,5 bilhões no Orçamento de 2021. Isso reduz a pressão sobre o teto de gastos —regra fiscal que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

O Ministério da Economia

estimou que precisará cortar R\$ 17,6 bilhões para cumprir o teto neste ano. A conta foi feita com base na proposta de Orçamento enviada pelo governo em agosto de 2020. Portanto, o número pode ser alterado.

Líderes governistas tentam evitar que os R\$ 7,5 bilhões sejam usados para mais gastos, como emendas parlamentares, pois querem que o adiamento dos pagamentos do abono salarial seja usado para reduzir a pressão sobre o teto.

O projeto de Orçamento de 2021 a ser votado nesta semana pelo Congresso transferiu mais verba para os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos).

Responsáveis por projetos com impacto político direto em bases eleitorais, essas pastas, além do de Turismo, tendem a ser mais beneficiadas por emendas parlamentares.

Mas os congressistas não apenas acrescentaram recursos a ministérios; eles também fizeram alterações em planos do governo federal. O Itamaraty, por exemplo, perdeu recursos. Houve corte inclusive na verba para negociações bilaterais e multilaterais.

O projeto de Orçamento ainda pode passar por ajustes.

Na distribuição de recursos para as pastas neste ano, os ministérios do Desenvolvimento Regional e da Mulher, Família e Direitos Humanos tiveram um salto de 64% no volume de recursos distribuídos, em comparação com a proposta original apresentada pelo governo em agosto do ano passado.

A despesa prevista para 2021 na pasta comandada por Rogério Marinho foi de R\$ 6,5 bilhões na proposta do governo para R\$ 10,7 bilhões na versão do relator, senador Márcio Bittar (MBC-AC). O ministério de Damares teve verba total ampliada de R\$ 31,4 milhões para R\$ 516 milhões.

Também houve aumento na previsão de repasses para o Ministério do Turismo, de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,7 bi-

Ministérios de Marinho e Damares ganham mais verbas

| | Diferença entre o PLOA* e o relatório Em % | PLOA Orçamento total para 2021, em R\$ bilhões | Relatório Em R\$ bilhões |
|--|--|--|--------------------------|
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 64,7 | 6,5 | 10,7 |
| Ministério da Mulher | 64,2 | 0,3 | 0,5 |
| Ministério do Turismo | 24,2 | 1,4 | 1,7 |
| Ministério do Meio Ambiente | 16,0 | 1,7 | 2 |
| Ministério da Agricultura | 9,7 | 9,5 | 10,4 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 3,6 | 8,1 | 8,4 |
| Ministério da Justiça | 3,4 | 11,1 | 11,5 |
| Ministério da Infraestrutura | 2,9 | 16,8 | 17,3 |
| Ministério das Comunicações | 2,2 | 3,3 | 3,4 |
| Ministério da Educação | 1,4 | 73,5 | 74,6 |
| Ministério da Saúde | 1,3 | 134,5 | 136,2 |
| Ministério da Economia | 0,9 | 564,4 | 569,5 |
| Ministério da Cidadania | 0,7 | 103,2 | 103,9 |
| Ministério de Minas e Energia | 0,3 | 8,9 | 8,9 |
| Ministério da Defesa | 0,2 | 65,2 | 65,3 |
| Presidência da República | -0,5 | 0,8 | 0,8 |
| Controladoria-Geral da União | -0,6 | 0,5 | 0,5 |
| Advocacia-Geral da União | -0,6 | 1,9 | 1,9 |
| Ministério das Relações Exteriores | -1,7 | 2 | 2 |
| Vice-Presidência da República | -3,4 | 0,006 | 0,005 |

*Projeto de Lei Orçamentária Anual. Fonte: PLOA 2021

lhão, uma alta de 24%.

No sentido contrário, o relatório diminuiu a verba do Ministério das Relações Exteriores de R\$ 2 bilhões para R\$ 1,97 bilhão, queda de 1,7%. Foram cortados, por exemplo, R\$ 17 milhões da conta destinada a relações e negociações bilaterais.

O maior recuo ficou com o gabinete da Vice-Presidência da República, que já tem menor porte. O Orçamento destinado ao general Hamilton Mourão passou de R\$ 5,56 milhões para R\$ 5,38 milhões (-3,4%).

As comparações foram feitas com a verba total de cada pasta, inclusive os investimentos.

Na elaboração orçamentária, o governo deixa um espaço para que obras, por exemplo, sejam patrocinadas por parlamentares por meio de emendas. Parte das emendas são omissivas, ou seja, têm necessariamente que ser executadas pelo Executivo.

Por isso, é normal que o Desenvolvimento Regional, responsável por projetos na área habitacional, de saneamento e de gestão hídrica, seja contemplado pelos recursos a serem apontados por deputados e senadores.

Marinho e o ministro Paulo Guedes (Economia) exercem funções com visões opostas sobre o uso de recursos públicos para investimento. O titular do Desenvolvimento Regional pede mais verba para executar suas atividades. Guedes, por outro lado, tenta conter o gasto público, inclusive para obras.

O valor disponível para a pasta da Economia ficou praticamente estável na nova versão do Orçamento, pois o ministério geralmente não atrai emendas.

No entanto, a verba de Guedes deveria ter passado por uma revisão e ter sido elevada após o salário mínimo ter subido em 2021 mais do que o esperado inicialmente. O piso

salarial é usado para corrigir gastos do Ministério da Economia como aposentadorias e pensões.

Cálculos de técnicos legislativos indicam que a despesa com Previdência deveria ser elevada em quase R\$ 8 bilhões. Esse é um dos pontos de pressão sobre o teto de gastos.

Com o atraso na análise das contas de 2021 pelo Congresso, o Orçamento do governo vem operando em uma espécie de piloto automático há quase três meses. A legislação define que a liberação de recursos deve ser restrita até que haja a aprovação definitiva pelos deputados e senadores.

O entrave tem atrapalhado planos do governo, inclusive em medidas consideradas emergenciais para mitigação dos efeitos da segunda onda da pandemia do novo coronavírus.

O Ministério da Economia aguarda a aprovação do Orçamento para, por exemplo,

avaliar como será feito o lançamento do programa que permite a suspensão de contratos e redução de jornadas e salários dos trabalhadores, com compensação parcial paga pelo governo.

A liberação de verba para oferecer garantias em operações de crédito para micro e pequenas empresas também está em compasso de espera.

A CMO chegou a se reunir na manhã desta quarta, mas nem sequer começou a discutir o Orçamento de 2021.

Na sessão, os parlamentares decidiram retirar a Transnordestina da lista de obras com indícios de irregularidades, apresentada pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Isso evita a paralisação da obra. A articulação partiu de congressistas do centro e da oposição.

Dólar salta 2,2% e vai a R\$ 5,64 sob pressão por mais auxílio

Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar saltou 2,21% nesta quarta-feira (24), para R\$ 5,6380, com a piora da percepção do risco fiscal com a pressão de governadores por um auxílio emergencial maior, à medida que a pandemia bate recordes (leia à pág. A21).

Também pesou a revisão do banco Morgan Stanley para o crescimento da economia brasileira de 4,3% para 3,5% em 2021, devido ao agravamento da crise sanitária, além da persistente incerteza fiscal e, agora, inflacionária.

Outro ponto negativo para o real foi a declaração da vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, de que o país não teria dinheiro para saldar as dívidas com o FMI.

Com o rali da sessão, o dólar zerou as perdas acumuladas desde a semana passada, quando o Banco Central surpreendeu ao elevar os juros em ritmo mais forte que o imaginado.

"Existe um incômodo com fiscal, dívida e a pandemia em aceleração", disse Joaquim Kukudai, gestor na JPP Capital. "A percepção do estrangeiro em relação ao Brasil realmente está ruim", completou.

Mesmo o Ibovespa, que resistiu em alta durante boa parte da sessão, acabou virando para queda de 1,06% no fechamento.

Com Reuters

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Pazuello sofre oposição para PPI e deve assumir função militar **Impacto:** Neutro

Pazuello sofre oposição para PPI e deve assumir função militar

Ricardo Della Coletta,
Gustavo Uribe
e Daniel Carvalho

BRASÍLIA Com a resistência de ministros tanto civis como militares para que seja acomodado em um cargo vinculado ao Palácio do Planalto, o general da ativa Eduardo Pazuello, que deixou oficialmente o comando do Ministério da Saúde na terça-feira (23), deve reassumir uma função de natureza militar.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que tentava acomodar o aliado na sede da Presidência da República, já reconhece, segundo assessores palacianos, que a única alternativa que sobrou para o militar é assumir uma posição no Ministério da Defesa.

O presidente chegou a sugerir, em conversas reservadas, que Pazuello assumisse o PPI (Programa de Parceria e Investimentos). No entanto, mudou de ideia após reação negativa dos ministros da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e da Economia, Paulo Guedes.

A avaliação de ambos é que a estrutura, que deve ser deslocada da Economia para a Secretaria-Geral, é estratégica para a política econômica do governo federal e que precisa, portanto, de um no-

me com experiência na área.

Tanto Guedes quanto Tarcísio argumentaram, segundo relatos feitos à Folha, que o programa é o cartão de visitas do programa de privatizações do governo e que a nomeação de Pazuello seria interpretada de forma negativa pelo mercado.

Pazuello comandava a Saúde desde maio do ano passado. Alvo de investigação e criticado por sua atuação no combate à pandemia do coronavírus, ele foi substituído pelo médico Marcelo Queiroga e, até agora, não foi nomeado para outra função.

A efetivação de Queiroga no posto demorou mais de uma semana, entre outros motivos, pelo desejo do presidente de alocar Pazuello — considerado um aliado fiel — em alguma posição de destaque na administração federal.

Os postos avaliados para o militar, no entanto, enfrentaram resistências internas de auxiliares militares e civis de Bolsonaro, que destacaram que Pazuello carrega consigo o desgaste das inúmeras queixas à sua gestão no Ministério da Saúde.

O presidente chegou, em um primeiro momento, a criar um ministério extraordinário para a Amazônia e entregá-



Eduardo Pazuello, que deixou nesta semana o Ministério da Saúde Sergio Lima - 15.mar.21/APP

lo a Pazuello ou designá-lo para comandar a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos).

A ideia de um novo ministério foi descartada diante da possibilidade de o governo federal ser acusado de querer lotear a máquina pública a penas para acomodar um aliado.

Além disso, seria interpretada como uma forma de

proteger Pazuello com foro privilegiado.

O general da ativa é alvo de uma investigação do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre uma suposta omissão para evitar o colapso de oxigênio em Manaus.

Caso ele não mantenha o foro especial, o inquérito contra ele será remetido à primeira

instância. A tendência é que vá para a Justiça Federal do Distrito Federal.

O receio é que, em primeira instância, a análise do caso do militar possa ser tratada de maneira mais rígida, até com o risco de prisão, dependendo do magistrado que assumir a investigação.

O presidente também con-

siderou acomodar o general na SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), que atualmente é comandada pelo almirante Flávio Rocha.

De acordo com interlocutores do presidente, Rocha disse a Bolsonaro que quer permanecer à frente da SAE, o que fechou novamente as portas para Pazuello.

Com a indefinição, assessores palacianos dizem que Pazuello deve reassumir um posto de natureza militar. Atualmente, discute-se se a posição a ser preenchida será no Ministério da Defesa ou no Exército Brasileiro.

Mesmo o retorno de Pazuello para o Exército enfrenta obstáculos. De acordo com integrantes da cúpula militar, o comandante Edson Pujol atua para que o ex-ministro não volte para a força.

Em sua avaliação, o Exército já sofreu desgaste suficiente com a presença de um militar da ativa no comando da Saúde no momento mais crítico da pandemia.

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, por outro lado, sinalizou a Bolsonaro que não teria problemas em acomodar o militar em um cargo de assessoria na pasta, o que é hoje o destino mais provável do militar.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Governo adia R\$ 27,8 bi em tributos de empresas por avanço da pandemia **Impacto:** Neutro

Governo adia R\$ 27,8 bi em tributos de empresas por avanço da pandemia

Optantes do Simples e MEIs poderão pagar a partir de julho impostos que venceriam de abril a junho; Receita não descarta adiar prazo do IR

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo anunciou nesta quarta-feira (24) que vai adiar a cobrança de R\$ 27,8 bilhões em impostos que deveriam ser pagos entre abril e junho por empresas optantes do Simples Nacional e micro-empresendedores individuais.

A cobrança dos tributos adiados será feita de forma parcelada em seis vezes, de julho a dezembro. O objetivo é proporcionar um alívio financeiro para empresários no momento em que a pandemia bate recordes de óbitos no país e medidas de restrição de atividades são intensificadas por governadores e prefeitos.

José Barroso Tostes Neto, secretário especial da Receita Federal, disse que a medida deve alcançar 17 milhões de contribuintes. "É um fôlego para atravessar este momento mais crítico em que os impactos da pandemia se fazem sentir principalmente nos negócios que estão fechados e sem possibilidade de receitas."

O Simples é um sistema que permite o pagamento unificado de tributos federais, estaduais e municipais pelas micro e pequenas empresas.

Estão incluídos no conjunto os tributos federais IRPF, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Paesp e a contribuição previdenciária patronal, além do estadual ICMS e do municipal ISS.

A medida passou pela aprovação do comitê gestor do Simples, formado também por representantes estaduais e municipais, e é mais enxuta que o adiamento adotado em abril de 2020.

A época, foram postergados PIS/Pasep, Cofins e contribuição patronal para a Previdên-

cia. Em conjunto, o adiamento dessas contribuições em 2020 envolvia cerca de R\$ 80 bilhões. Posteriormente, outras iniciativas foram adotadas pela Receita no ano passado.

Tostes afirmou que o menor tamanho do anúncio agora se deve à perspectiva de imunização da população e à consequente retomada da atividade esperada pela pasta. Segundo ele, o número de vacinas previsto para os próximos meses permite um retorno rápido à normalidade econômica.

"O que nos levou a fazer diferente é que, no ano passado, não havia perspectiva a curto prazo de uma solução para o problema da pandemia, uma vez que àquela altura não tínhamos perspectiva concreta de vacinar a população. Neste ano, estamos com uma perspectiva concreta."

Mesmo assim, Tostes disse que as medidas de socorro podem ser ampliadas e estendidas a mais empresas caso o cenário assim demande. Todo o cardápio de medidas adotadas no ano passado é estudado, como o adiamento da cobrança do FGTS por parte das empresas.

Também é considerada a prorrogação do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, hoje em 30 de abril. Mas, nesse caso, a necessidade é vista como menor, pois os números monitorados não indicam impacto da pandemia no ritmo de entregas até agora.

"Todas as medidas estão sendo estudadas conforme a evolução dos cenários, impactos que forem sendo observados em termos de paralisações, fechamentos e dificuldades. Tudo isso é objeto

+
INSS LIBERA BENEFÍCIO A IDOSO QUE MORA COM APOSENTADO QUE GANHA MÍNIMO

O INSS publicou portaria que desconsidera valores de benefícios previdenciários de até um salário mínimo do cálculo da renda familiar para a concessão do BPC/Loas (Benefício de Prestação Continuada) para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência. O BPC também tem o valor de um salário mínimo e só pode ser concedido a famílias cuja renda mensal por pessoa é de até 25% do mínimo. A partir de agora esse cálculo não vai considerar aposentadorias, pensões por morte e auxílios-doença, entre outros benefícios, cujos valores estão limitados ao piso salarial do país.

de avaliação", disse.

Quando lhe foi perguntado se acreditava que a medida contribuiu para a redução da pressão, por parte do Congresso, por um programa de refinanciamento de impostos para empresas (o Refis), Tostes respondeu que os objetivos seriam distintos, mas afirmou que novos programas de Refis são desnecessários.

"Para esses tributos que já venceram no passado, estamos adotando medidas instituídas pela transação tributária [modelo de renegociação criado pela pasta, já transformado em lei] e que, a nosso ver, representa uma oportunidade concreta, tornando desnecessários esses programas que eram aprovados quase anualmente e que não geraram resultados concretos."

Conforme mostrou a Folha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defende a medida, mas a equipe econômica é contra. O ministério pretende adotar um tom de colaboração com o senador, mas ao mesmo tempo mostrar a ele que as regras atuais são melhores que um novo Refis.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guimarães, afirma que a preocupação da pasta voltou a se concentrar nas medidas anticrise da Covid-19.

"Passada a primeira onda, voltamos a discutir medidas de reformas e vimos uma recuperação em 'V' muito decorrente das medidas acertadas e da manutenção das reformas", disse Guimarães. "Neste ano, vimos de novo o aumento de contaminados e de óbitos e nos voltamos novamente às medidas de mitigação dos impactos econômicos."

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** RJ

Título: Petrobras reduz preço da gasolina pela 2ª vez em 5 dias **Impacto:** Neutro

Petrobras reduz preço da gasolina pela 2ª vez em 5 dias

Empresa também diminui valor do diesel; caminhoneiros cobram repasse

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (24) cortes em torno de 4% nos preços da gasolina e do diesel em suas refinarias. É a segunda redução no preço da gasolina e a primeira no diesel após a escalada que levou ao anúncio de demissão do presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em fevereiro.

Segundo a companhia, a partir desta quinta-feira (25), a gasolina passará a ser vendida em suas refinarias por um preço médio de R\$ 2,59 por litro, queda de 4% ou de R\$ 0,11 por litro. O diesel terá corte de 3,8%, também R\$ 0,11 por litro, para R\$ 2,75.

As variações acompanham o recuo na taxa de câmbio: o dólar chegou a superar os R\$ 5,80 no início do mês e até terça (23) era negociado em torno dos R\$ 5,50. Nesta quarta, subiu para R\$ 5,64.

No mercado internacional, o petróleo cedeu com a nova onda de Covid-19 na Europa, da faixa de US\$ 70 para US\$ 60. Nesta quarta, no entanto, a commodity recuperou parte das perdas em razão da inter-

rupção do canal de Suez e subiu 5%, para US\$ 64.

Em 2021, o preço da gasolina nas refinarias foi elevado seis vezes, com alta acumulada de 5,4%, até o primeiro corte, de 5%, na sexta-feira (19).

Em nota, a Petrobras reforçou que os preços dos combustíveis no Brasil são livres e os repasses aos postos dependem também de outros fatores, como tributos, custos para aquisição de etanol anidro e biodiesel e margens de lucro de distribuidores e revendedores.

Nos postos, diesel permaneceu em alta na semana passada, mesmo após a isenção de impostos federais sobre o combustível, que representou desconto de R\$ 0,30 por litro.

De acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro do diesel foi vendido na semana passada por um preço médio de R\$ 4,274, alta de 1% em relação à semana anterior e de 2,15% em quatro semanas.

O patamar atual é superior ao verificado antes da greve dos caminhoneiros de 2018, considerando a correção pela inflação. É inferior apenas ao

período mais crítico da paralisação, quando os preços nos postos estavam inflacionados pela falta de produto.

A CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos) comemorou a decisão da Petrobras, mas cobra que os postos repassem imediatamente os cortes. "A grande pergunta que fica é se isso vai chegar à ponta", diz o assessor técnico da entidade, Marlon Maues.

Ele afirma que as vendas aumentam rapidamente o preço quando há reajustes para cima nas refinarias e repesam o repasse quando o reajuste é para baixo. A CNTA diz que está pedindo aos caminhoneiros para ajudar na fiscalização.

"Estamos convidando a categoria para que faça seu trabalho na ponta, de solicitar o repasse."

A isenção de impostos foi anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro no início do mês. Mas o setor diz que o benefício foi engolido pela elevação de outras parcelas do preço final, como o próprio diesel, o biodiesel e os impostos estaduais.

Quatro diretores pedem para sair após troca de comando

RIO DE JANEIRO A Petrobras informou nesta quarta (24) que 4 dos 8 diretores anunciaram que deixarão seus cargos após a troca no comando da companhia, que deve ser sacramentada por assembleia de acionistas no próximo dia 12.

Eles seguem o exemplo de cinco membros do conselho de administração, que também desistiram de permanecer nos cargos depois do anúncio de substituição do atual presidente da empresa, Roberto Castello Branco, pelo general Joaquim Silva e Luna.

Entre os diretores que anunciaram o desejo de sair, estão dois executivos trazidos por Castello Branco e dois empregados de carreira da Petrobras. Os dois primeiros, Andrea Almeida e André Chiari, eram egressos da Vale. Já Carlos Alberto Pereira Oliveira e Rudimar Lorenzatto atuam na estatal há mais de 30 anos.

A Petrobras não informou o motivo das decisões.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Produção de veículos no país já para em cinco montadoras **Impacto:** Neutro

Produção de veículos no país já para em cinco montadoras

Nissan também confirma interrupção nos trabalhos com pandemia; problema é agravado pela falta de peças

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A Nissan confirmou nesta quarta (24) que vai interromper a produção em Resende por duas semanas devido ao agravamento da pandemia de Covid-19. Os 850 funcionários da unidade entrarão em férias coletivas na sexta (26), e a retomada está prevista para o dia 6 de abril.

Em nota, a montadora diz que busca a segurança de seus funcionários como parte do esforço de reduzir o impacto da pandemia, além de se adaptar ao cenário atual do setor automotivo para garantir a continuidade do negócio.

A segunda frase é uma referência à falta de componentes nas linhas de montagem, problema comum às outras quatro fabricantes que anunciaram paradas na produção.

GM, Volkswagen, Mercedes e Scania já haviam anunciado as interrupções nas linhas de montagem.

A Toyota ainda não definiu se vai interromper as atividades, mas promove reuniões diárias sobre o tema. A empresa japonesa tem quatro fábricas no Brasil, instaladas nas cidades paulistas de São Bernardo do Campo, Indaial, Porto Feliz e Sorocaba.

Rafael Chang, presidente da Toyota no Brasil, diz que a fabricante não foi tão afetada pela falta de peças, mas que, embora a empresa tenha adotado protocolos muito rigorosos para evitar o contágio, “não há como fugir da realidade”.

Os efeitos da pandemia descontrolada já se refletem nas vendas tanto pelas para-

das na produção como por lojas fechadas.

Números do Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), mostram queda de 14,1% nos emplacamentos na comparação entre a primeira quinzena de março com o mesmo período de 2020. Os dados incluem veículos leves e pesados.

Essa é a última comparação entre o momento atual e um período anterior à pandemia, que foi decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) no dia 11 de março do ano passado.

A Anfavea (associação das montadoras) acompanha os números, mas não vai revisar as previsões para 2021 por enquanto. A entidade havia projetado altas de 25% na produção e de 15% nas vendas em relação a 2020.

Os cálculos eram até conservadores diante do resultado registrado no ano passado, quando a comercialização de veículos leves e pesados caiu 26,2% em comparação a 2019.

A retomada acelerada no

segundo semestre e a expectativa pela vacinação em massa fizeram o setor automotivo renovar o ânimo e vivenciar uma recuperação em “V”, mas o humor mudou com o agravamento da pandemia, as idas e vindas da campanha de imunização e a falta generalizada de componentes.

Todos os calendários de interrupção nas linhas de montagem começam a se alinhar a partir da próxima semana.

A Mercedes-Benz irá paralisar a produção em suas duas fábricas —São Bernardo do Campo (ABC) e Juiz de Fora (MG)— entre os dias 26 de março e 5 de abril. Em seguida, a montadora vai conceder férias coletivas a grupos alternados de funcionários do setor de produção, para aumentar o distanciamento.

A Scania vai interromper as atividades pelo mesmo período em sua fábrica de caminhões.

A Volkswagen confirmou a interrupção das operações fabris de quarta (24) ao dia 5 de abril, totalizando 12 dias. A empresa produz veículos e componentes nas cidades paulistas de São Bernardo do Campo, Taubaté e São Carlos, além de uma planta em São José dos Pinhais (PR). A General Motors paralisou as atividades entre os dias 1º e 20 de março na unidade de Gravataí (RS), mas chegou a retomar parte das operações de montagem do Chevrolet Onix nesta semana. Contudo irá parar novamente entre abril e julho.

Em Curitiba, a Volvo trabalha hoje com redução de 70% da capacidade, devido à falta de componentes.

+ Funcionários afetados pelas paralisações

| | |
|-----------------------|-------------|
| Nissan | 850 |
| Volkswagen | 15 mil |
| Mercedes-Benz | 10 mil |
| Scania | 4.000 |
| General Motors | Não divulga |

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Eletrobras: relator quer novo modelo de venda **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

Eletrobras: relator quer novo modelo de venda

Relator da proposta quer mudar modelo de venda da estatal, o que pode adiar processo

MANOEL VENTURA manciol.ventura@hsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Relator da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) avalia mudar completamente o modelo proposto pelo governo para a venda da estatal, o que assustou o mercado financeiro e investidores interessados na proposta. Técnicos dos ministérios da Economia e de Minas e Energia alertam que a adoção de um novo formato pode adiar a privatização para depois de 2022.

Nascimento teve uma série de reu-



Usina de Itaipu. Como não pode ser privatizada, hidrelétrica permaneceria como estatal. Já subsidiárias como Furnas e Eletronorte seriam vendidas juntas ou separadas

niões nos últimos dias com gestores, investidores e integrantes da equipe econômica. Nos encontros, todos re-

servados, o deputado disse que iria propor um modelo alternativo. Uma das ideias dele é fatiar a estatal ou vendê-la inteira para um só comprador ou para um grupo de compradores. Depois da sinalização, o governo correu para tentar convencer o deputado a manter a proposta original.

A proposta do relator vai contra o modelo que vem sendo negociado desde 2018, ainda durante o governo Michel Temer. AMP propõe uma capitalização na Bolsa de Valores como forma de a empresa ser transformada numa corporação sem controlador definido. Esse modelo de administração de grandes empresas de energia no mundo.

DIVISÃO EM DUAS

De todo o dinheiro arrecadado coma

capitalização, cerca de R\$ 25 bilhões ficariam nos cofres do Tesouro; outros R\$ 25 bilhões seriam destinados para reduzir as contas de luz; e R\$ 8,75 bilhões iriam amparar projetos de revitalização de bacias hidrográficas por uma década. A transferência de recursos durante dez anos para a Amazônia, o Rio São Francisco e para rios sob influência de Furnas (subsidiária da Eletrobras com forte atuação em Minas Gerais) foi negociada pelo governo durante meses para garantir o apoio de deputados do Norte, Nordeste e de Minas Gerais à privatização.

Nas conversas com os investidores, o deputado Elmar Nascimento tem falado em dividir a empresa em duas. Uma parte permaneceria como estatal e reuniria a hidrelétrica Itaipu, na divisa com o Paraguai, e as usinas nucleares localizadas em Angra dos Reis — em ambos os casos, as usinas não podem

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Eletrobras: relator quer novo modelo de venda

ser privatizadas. A outra parte seria composta por subsidiárias como Furnas, Eletronorte e Chesf. Elas seriam vendidas juntas ou separadas, o que ainda não estaria definido.

Nos encontros, Nascimento tem falado em números muito maiores do que os apontados pelo governo, na casa de centenas de bilhões, como venda de ativos para "investidores estratégicos".

O mercado avalia que esse montante não é realista e que a empresa perderia valor com o fatiamento. Também foi destacado que a Eletrobras é uma holding de capital aberto e retirar ativos dessa empresa vai reduzir o seu valor e afastar investidores.

Os investidores têm ressaltado que o modelo do governo é discutido há mais de dois anos e uma mudança brusca agora poderia atrasar ainda mais o

processo. Um gestor levantou o temor de que o modelo proposto não seria assimilado pelos deputados e senadores. Sobre isso, Nascimento respondeu nas reuniões que precisaria obter um acordo com os parlamentares e que poderia levar o modelo para análise do presidente Jair Bolsonaro.

CONTROLE DE MERCADO

Para o professor da UFRJ Nivaldo de Castro, apenas investidores chineses teriam dinheiro e interesse em comprar a empresa unificada. Além disso, ele afirma que seria arriscado vender a empresa em bloco para um só comprador:

—O problema é que a Eletrobras tem um peso muito grande na transmissão e geração de energia. Ter uma empresa desse tamanho privatizada para um só comprador pode criar um pro-

blema de controle de mercado. Vender em bloco é praticamente passar para o chinês. Seria o único com recurso e visão de investimentos de longo prazo.

Os ministérios da Economia e de Minas e Energia (MME) têm trabalhado para concluir o processo em 2022. Reservadamente, técnicos das duas pastas avaliam que uma mudança no modelo poderia empurrar a privatização para depois de 2022. Além disso, o BNDES já está tocando os estudos para a capitalização da Eletrobras com base no modelo da MP. Uma mudança agora iria obrigar uma nova análise por parte do banco.

Os técnicos também ressaltam que o fatiamento tira valor da empresa e que seria muito difícil encontrar compradores para cada empresa separadamente. Além disso, vender fatiado poderia abrir espaço para um determina-

do país comprar uma operação como Furnas — argumento que costuma sensibilizar políticos.

Procurado, o MME disse que está "conversando e esclarecendo todas as dúvidas do relator". O ministério da Economia não respondeu.

As movimentações do deputado ocorreram num momento em que a Eletrobras tem um comando interino, após a renúncia de Wilson Ferreira. O governo não indicou até agora o novo nome para a presidência da estatal. A Eletrobras contratou um

Headhunter para escolher o CEO, mas a decisão final será do Palácio do Planalto.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Atraso no Censo afeta repasse de recursos a municípios **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

Atraso no Censo afeta repasse de recursos a municípios

Fator populacional é crucial para determinar percentual do Fundo de Participação. Sem pesquisa, congelamento continua

FERNANDA TRISOTTO fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

A falta de recursos para a realização do Censo pode prolongar o período no qual os critérios de repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ficaria congelado. Em 2020, os municípios brasileiros receberam R\$ 86,655 bilhões de repasses por meio do FPM, e a distribuição do dinheiro é determinada principalmente pelo fator populacional.



Com máscaras. Os pesquisadores do Censo já vêm se preparando para fazer a coleta seguindo protocolos sanitários

Uma lei complementar, aprovada em 2019, interrompeu a atualização dos coeficientes usados nesses cálculos até que houvesse um novo Censo. Sem o

novo levantamento, há um desequilíbrio na transferência, pois cidades que tiveram aumento de população recebem valores inferiores aos que seriam devidos, enquanto aquelas que encolheram ganham mais.

Para Humberto Dantas, cientista político do Centro de Liderança Pública (CLP), a existência de uma lei para congelar os coeficientes usados para calcular os repasses já indica como as políticas públicas estão "navegando no escuro". O corte de recursos proposto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), diz, mostra como o Censo é considerado pouco estratégico:

— Existe uma distância abissal entre não fazer o Censo por questões sanitárias e não fazer por falta de recursos, e não perceber que isso é estratégico para o país.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Atraso no Censo afeta repasse de recursos a municípios

André Luiz Marques, coordenador executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insuper, lembra que um dos efeitos diretos do Censo é a derrota desses dispositivos que têm requisitos demográficos para a distribuição de recursos. A atualização da pesquisa vai mexer com os repasses e afetar municípios tanto positivamente, com ganho de recursos para aqueles cuja população aumentou, quanto negativamente, com diminuição dos repasses para aqueles que encolheram.

— É menos pela função de chegar mais dinheiro, mas para que seja uma distribuição mais igualitária, mais próxima da realidade do dia adia, e não de uma realidade que acontecia há dez anos — diz Marques.

AVALIAR DANOS DA PAN-

Sem um novo Censo — e sem a atualização da contagem populacional, que não foi realizada em 2015 por restrições orçamentárias —, o Tribunal de Contas da União (TCU) está usando os coeficientes de distribuição do FPM do exercício de 2018, para seguir a legislação.

Uma nota técnica da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta o impacto dessa manutenção para o rateio de recursos em 2021. Segundo a CNM, mais de 28% (1.569) dos municípios do país viram sua população diminuir sem sofrer alteração nos coeficientes que determinam os repasses do fundo de participação, por causa dessa lei. O principal impacto é nas cidades de pequeno e médio porte.

Na avaliação de Gilberto Perre, secretário executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), é preciso rediscutir de

maneira mais ampla os critérios de rateio do fundo de participação. Ele ressalta, porém, que a não realização do Censo por corte orçamentário seria ainda mais prejudicial para o processo:

— O Censo dá a diretriz de planejamento da política pública. O país não pode abrir mão. É uma economia que não faz sentido, é burra. Como um prefeito vai planejar abertura de uma escola, de um hospital?

O corte de R\$ 1,7 bilhão das verbas do Censo já repercutiu no meio político. Na abertura da reunião da CMO realizada ontem, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) anunciou que apresentou um destaque pedindo a recomposição do orçamento da pesquisa:

— Esse é o Censo mais importante do século, porque ele será feito diante de

uma pandemia, e só através do Censo nós poderemos enxergar os enormes danos provocados pela pandemia em um país cheio de desigualdades.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) apoiou o pedido do colega e defendeu a realização da pesquisa.



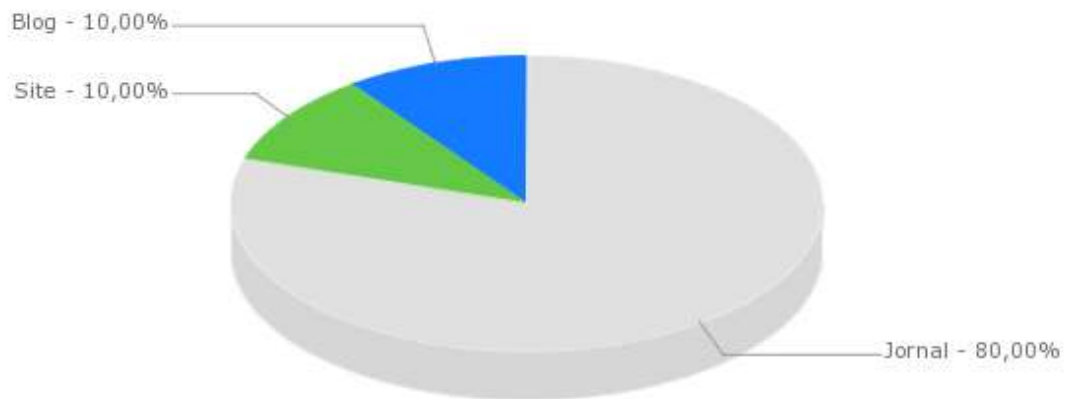
Clippings

| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|----------|-------------------|------------|--------|----|--|----------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|-----------------|
| 24/03/21 | Blog da Juliska | Blog | Natal | RN | São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional | Positivo | Matéria | | B | | | |
| 24/03/21 | Blog do Antenadão | Blog | | RN | Acordo permite que empresas varejistas do RN possam conceder férias aos colaboradores de maneira simplificada enquanto durarem restrições ao seu funci | Positivo | Matéria | | B | | | |
| 24/03/21 | Tribuna do Norte | Site | Natal | RN | Pagamento do abono salarial de 2020 é adiado para 2022 | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Tribuna do Norte | Site | Natal | RN | Adiantamento no recolhimento de ICMS, por 90 dias, beneficiará 119,4 mil contribuintes no RN | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Governo adia imposto no Simples e acena com novas medidas de socorro | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Itaú e XP voltam a brigar, agora | Neutro | Matéria | | A | | | |

| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat. | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|----------|--------------------|------------|--------|----|--|---------|-----------------|---------------|------|------|----------------|-----------------|
| | | | | | por causa de cartões | | | | | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Crédito para novo BEm deve ser de até R\$ 9 bi | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Dezesseis governadores pedem auxílio emergencial de R\$ 600 | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Com venda reduzida, varejo adia pedidos | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Com compra do Big, Cerrefuor chega a R\$ 100 bi de receita e avança no atacarejo | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | Rappi e outros apps reduzem taxas para restaurantes durante crise | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | DF | 'Meta é ter mulheres em 20% do time de liderança' | Neutro | Entrevista | | A | | | |
| 25/03/21 | Estadão | Jornal | | RJ | Petrobrás fecha venda de refinaria na Bahia | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | DF | Pressão por emendas para obras emperra votação do Orçamento | Neutro | Matéria | | A | | | |

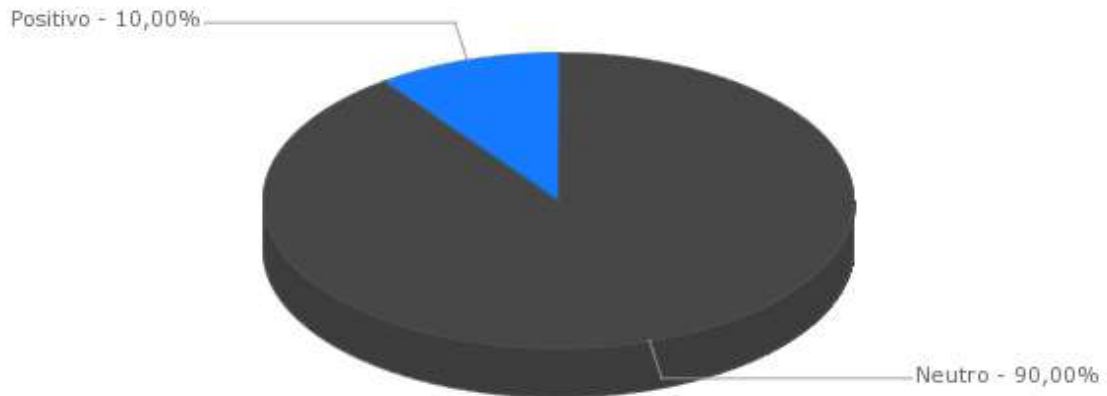
| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat. | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|------------------|--------------------|------------|----------|----|---|---------|-----------------|---------------|------|------|----------------|-----------------|
| 25/03/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | DF | Pazuello sofre oposição para PPI e deve assumir função militar | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | DF | Governo adia R\$ 27,8 bi em tributos de empresas por avanço da pandemia | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | RJ | Petrobras reduz preço da gasolina pela 2ª vez em 5 dias | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | SP | Produção de veículos no país já para em cinco montadoras | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | O Globo | Jornal | Brasília | DF | Eletrobras: relator quer novo modelo de venda | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 25/03/21 | O Globo | Jornal | Brasília | DF | Atraso no Censo afeta repasse de recursos a municípios | Neutro | Matéria | | A | | | |
| Qtde.: 20 | | | | | | | | | | | | |

Clippings por Tipo de Mídia



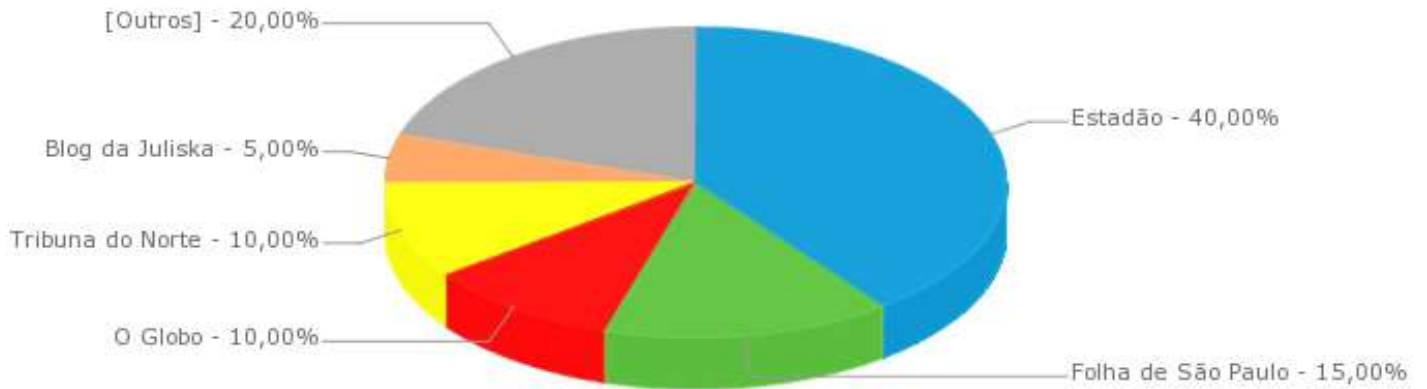
| Tipo de Mídia | Qtde. | % |
|---------------|-------|------------------|
| Jornal | 16 | 80,00 % |
| Site | 2 | 10,00 % |
| Blog | 2 | 10,00 % |
| | | Total: 20 |

Clippings por Impacto



| Impacto | Qtde. | % |
|----------|-------|------------------|
| Neutro | 18 | 90,00 % |
| Positivo | 2 | 10,00 % |
| | | Total: 20 |

Clippings por Veículo



| Veículo | Tipo de Mídia | Qtde. | % |
|--------------------|---------------|-------|-----------|
| Estadão | Jornal | 8 | 40,00 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 3 | 15,00 % |
| O Globo | Jornal | 2 | 10,00 % |
| Tribuna do Norte | Site | 2 | 10,00 % |
| Blog da Juliska | Blog | 1 | 5,00 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 1 | 5,00 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 1 | 5,00 % |
| Estadão | Jornal | 1 | 5,00 % |
| Blog do Antenado | Blog | 1 | 5,00 % |
| Total: | | | 20 |